

**ESTUDO DE AVALIAÇÃO  
DA OPERACIONALIZAÇÃO  
DO PROGRAMA RUMOS**



**Relatório Final de Avaliação  
- Anexos -**

Abril de 2010

## Índice

I. Anexo metodológico.....	3
I.1. Fichas técnicas da avaliação .....	3
I.2. Questionário aos beneficiários.....	15
I.3. Síntese das respostas ao questionário aos beneficiários .....	19
I.4. Estudos de caso aos beneficiários.....	27
I.5. Síntese da informação recolhida nos estudos de caso.....	30
I.6. Síntese da informação recolhida nas entrevistas.....	43
I.7. Plataforma Web .....	47
II. Anexo de fundamentação das questões de avaliação .....	49
II.1. Questões de avaliação do modelo de governação, organização, gestão e acompanhamento.....	49
II.1.1. Elementos complementares da questão 1 – modelo de gestão .....	49
II.1.2. Elementos complementares da questão 2 – soluções adoptadas para operacionalizar o modelo de gestão.....	53
II.2 Questões de avaliação relativas aos instrumentos de operacionalização .....	58
II.2.1. Elementos complementares da questão 5 – critérios de selecção .....	58
II.2.2. Elementos complementares da questão 7 – modelo de lançamento .....	71
II.3. Questões de avaliação no domínio da dinâmica e qualidade da procura e da concretização das prioridades estratégicas .....	85
II.3.1. Elementos complementares da questão 8 – perfil dos promotores.....	85
II.3.2. Elementos complementares das questões 10,11 e 12 – orientações estratégicas .....	87
III. Anexo de apoio às recomendações.....	94
III.1. Recomendações no domínio dos instrumentos de operacionalização .....	94

## I. Anexo metodológico

### I.1. Fichas técnicas da avaliação

<b>Q1: As mudanças institucionais, orgânicas e de modelo de gestão, adoptadas face ao anterior período de Programação (associadas, por exemplo, à delegação de competências da Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios) revelam-se operacionais e propiciadoras de melhorias de eficácia e eficiência?</b>	
SUB-QUESTÕES	INDICADORES -CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A substituição do IFC, Instituto dos Fundos Comunitários pelo IDR, Instituto de Desenvolvimento Regional proporcionou um maior e mais permanente nível de articulação entre o planeamento regional e a política de coesão?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grau de coerência entre o planeamento regional e o Programa Rumos</li> <li>▪ Evolução da frequência e tipologia de articulação entre IFC e Governo Regional / IDR e Governo Regional</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A delegação de competências de gestão no Organismo Intermédio (OI) – Direcção Regional da Qualificação Profissional, DRQP e no OREPP (Organismo Responsável pela Execução das Políticas Públicas) – IEM, Instituto de Emprego da Madeira, contribuiu para a melhoria da eficácia e eficiência do exercício de gestão e acompanhamento do Programa Rumos?</li> <li>▪ Qual a evolução registada no estatuto do Instituto de Emprego na gestão do Programa Rumos e que motivos justificaram a revogação do seu estatuto inicial enquanto OI?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fluxogramas do processo de candidatura e pagamentos de saldo</li> <li>▪ Grau de resposta/garantia do modelo de governação face aos compromissos/responsabilidades da AG;</li> <li>▪ Grau de articulação, de contributo e de eficácia dos organismos objecto de delegação de competências de gestão no domínio do acompanhamento e monitorização da execução e resultados dos projectos das áreas delegadas (nível de concertação de meios e procedimentos);</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qual o valor acrescentado à Gestão do Programa Rumos pela acção do IRE ou actual IEM enquanto figura BREPP (Beneficiário Responsável pela Execução das Políticas Públicas)/ OREPP?</li> <li>▪ Quais as diferenças ao nível das funções de gestão e acompanhamento delegadas entre um OI e um OREPP?</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qual o âmbito, o modo e frequência de articulação com as entidades relevantes (DRQP, IEM, IGFSE, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu) ao Programa Rumos?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mecanismos de acompanhamento e supervisão das funções delegadas nos organismos objecto de delegação de competências de gestão;</li> <li>▪ Nível de agregação e de actualização da informação relativa à execução, física e financeira, do Programa RUMOS (situação global)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como e com que frequência é transferida informação das entidades relevantes para a Gestão do Programa Rumos?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fluxograma da circulação de informação de acompanhamento e monitorização</li> <li>▪ Grau de adequação do modo e da frequência de transferência de informação pelos organismos intermédios para a Gestão do Programa Rumos;</li> <li>▪ Grau de adequação, em termos de estrutura e dimensão, das EAT (DRQP e IEM) às tarefas de acompanhamento previstas no Programa no sentido de transferir a informação atempada e pertinente para a Gestão do Programa Rumos;</li> </ul>

Q1: As <u>mudanças institucionais, orgânicas e de modelo de gestão</u> , adoptadas face ao anterior período de Programação (associadas, por exemplo, à delegação de competências da Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios) revelam-se <u>operacionais e propiciadoras de melhorias de eficácia e eficiência</u> ?	
SUB-QUESTÕES (CONT.)	INDICADORES -CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estão previstos/Programados momentos específicos para a reflexão estratégica conjunta sobre os aspectos da gestão do Programa (articulação, procedimentos e instrumentos), da realização e dos resultados, da execução ao nível das diferentes áreas temáticas, etc?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de cumprimento das sessões de trabalho específicas para reflexão estratégica conjunta</li> <li>▪ N.º e tipologia de organismos envolvidos por momento de reflexão (temático)</li> <li>▪ Utilidade percebida pelos envolvidos e incidência nos ajustamentos introduzidos às diversas dimensões de gestão e operacionalização do Programa</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qual o contributo e nível de eficácia do Sistema de Informação enquanto instrumento de suporte à gestão, acompanhamento e controlo do Programa Rumos e enquanto facilitador da articulação inter-institucional entre os órgãos de governação do Programa?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nível de contributo do Sistema de Informação do Programa Rumos (SIIFSE) para o exercício qualificado e eficaz de gestão, acompanhamento e controlo do Programa: grau de cobertura dos processos e procedimentos resultantes da operacionalização do modelo de governação;</li> <li>▪ Grau de implementação e de utilização do SIIFSE na gestão e acompanhamento, operacional e estratégico, do Programa;</li> <li>▪ Nível de dispersão dos dados sobre a implementação do Programa;</li> <li>▪ Grau de adequação do SIIFSE para permitir a submissão das candidaturas por parte dos potenciais beneficiários (módulo de submissão electrónica das candidaturas);</li> <li>▪ Grau de adequação do SIIFSE para permitir a análise das candidaturas (admissibilidade, aceitabilidade e análise técnica e financeira) por parte das EAT, Estruturas de Apoio Técnico do Programa.</li> </ul>
<b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Documento de Programação do Programa Rumos; Decreto Legislativo Regional n.º18/2007/M, de 12 de Novembro – cria o IDR; Decreto Legislativo Regional n.º20/2007/M, de 27 de Novembro – define o Modelo de Governação; Decreto Legislativo n.º321/2007, de 17 de Setembro – BREPP (art.º65); Decreto Regulamentar n.º84-A/2007, de 10 de Dezembro; Regulamentos internos (CA; UG); Plano Estratégico de Comunicação (PEC); Manuais de procedimentos do Programa Rumos, do IRE, da DRQP, etc; Contrato de Delegação de Competências de Gestão no Organismo objecto de delegação de competências de gestão; Descrição do Sistema de Gestão e Controlo; Actas das reuniões da CA; Relatórios de execução anual do Programa; Relatórios e/ou documentos de trabalho resultantes dos momentos da Programação e/ou execução de reflexão estratégica conjunta com entidades relevantes para a implementação do Programa Rumos.</li> </ul>	
<b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipa de gestão do Programa Rumos; Equipa de gestão dos Organismos objecto de delegação de competências (IEM e DRQP); Equipa técnica (Sistemas de Informação)</li> </ul>	

**Q2: As soluções adoptadas para operacionalizar a gestão e desenvolvimento do Programa revelam-se adequadas às necessidades resultantes da concretização dos objectivos e das metas estabelecidos?**

SUB-QUESTÕES	INDICADORES -CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os regulamentos específicos, os formulários, os manuais de apoio à instrução das candidaturas, os critérios de selecção e faseamento de abertura de candidaturas, revelam-se adequados às necessidades resultantes da concretização dos objectivos e das metas estabelecidos no Programa Rumos? (<i>Questão transversal e conclusiva beneficiando das abordagens às questões Q4, Q5, Q6 e Q7</i>);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de clareza dos regulamentos específicos</li> <li>Grau de clareza dos formulários</li> <li>Grau de utilidade dos manuais de apoio à instrução de candidaturas</li> <li>Grau de coerência entre os critérios de selecção e o objectivo de cada tipologia de intervenção</li> <li>Grau de adequação do faseamento de abertura de candidaturas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o nível de centralização (dados do acompanhamento dos processos, internos e externos dos organismos objecto de delegação de competências de gestão) e de desagregação da informação (do projecto ao EP; da Programação à execução; do concelho à Região) resultante da implementação do SI do Programa Rumos?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de integração e de utilização do SIIFSE (SI da autoridade nacional de certificação de despesa FSE);</li> <li>Grau de centralização e de cobertura da informação (financeira e física) no SI da AG, Autoridade de Gestão do Programa, resultante da gestão, acompanhamento e controlo das intervenções, nomeadamente quanto aos indicadores de realização e de resultados (Programação e execução);</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o contributo do sistema de informação do Programa Rumos para a manutenção do sistema de indicadores de monitorização, desde o projecto ao Eixo Prioritário do Programa?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de manutenção do sistema de indicadores de monitorização do Programa pelo Sistema de Informação do Programa Rumos (nível de integração e de actualização da informação gerida pelos órgãos envolvidos na gestão)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual o grau de cobertura das prioridades e objectivos estratégicos do Programa Rumos, em termos de indicadores de realização e de resultados?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de cobertura e de qualidade da quantificação dos indicadores de acompanhamento e de objectivo definidos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Como e com que frequência é efectuada a recolha de dados de execução dos projectos, de forma a garantir a quantificação/actualização dos indicadores agregados do Programa?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de frequência da recolha de informação dos projectos física e financeira</li> <li>Grau de frequência do tratamento da informação física e financeira</li> </ul>
<p><b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de Programação Programa Rumos; Contratos de Delegação de Competências de Gestão nos Organismos objecto de delegação de competências de gestão; Descrição do Sistema de Gestão e Controlo; Relatórios de execução anual do Programa; Sistema de indicadores de acompanhamento previstos/Programados nas candidaturas aprovadas; Listagem do sistema de indicadores integrado no Sistema de Informação do Programa Rumos; Recursos humanos afectos ao sistema de informação; Manual do SI do Programa Rumos.</li> </ul>	
<p><b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos objecto de delegação de competências (IEM e DRQP); Equipa técnica; Beneficiários</li> </ul>	

**Q3: Os recursos accionados para a operacionalização do Programa são adequados e suficientes? Seria possível obter níveis de realização mais satisfatórios com os mesmos recursos? (reduzir tempos de decisão, alargar os públicos da divulgação, etc.)**

SUB-QUESTÕES	INDICADORES -CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os recursos mobilizados são adequados às funções de gestão, acompanhamento e controlo do Programa e encontram-se bem dimensionados? A sua utilização é optimizada? (Recursos humanos, organizativos, financeiros para assistência técnica, informáticos);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cálculo de indicadores médios (nº projectos, montantes de investimento e financiamento candidatados e aprovados por técnico afecto à gestão) e comparação com valores médios para outros Programas do QREN;</li> <li>▪ Tempos médios por tipologia de investimento de: análise técnica de candidaturas; de aprovação/decisão;</li> <li>▪ Indicadores de cumprimento de prazos estabelecidos para apreciação e decisão de candidaturas, para disponibilização de informação à Autoridade de Certificação ou ao Observatório do QREN; Grau de adequação das EAT, para acompanhamento regular da execução dos projectos aprovados, nomeadamente para a monitorização do alcance dos resultados Programados;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qual o contributo específico da Assistência Técnica para a qualificação e eficácia do SGA (nº e tipologia de intervenções)?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número de acções de controlo (acções de verificação administrativa, física e financeira) realizadas por tipologia de intervenção;</li> <li>▪ Quantificação das intervenções no âmbito do SGA apoiadas pela Assistência Técnica do Programa;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O Plano Estratégico de Comunicação permite mobilizar os meios e suportes necessários ao exercício eficaz e eficiente da função informação, comunicação e publicidade e direccionar a sua acção para os públicos relevantes à implementação do Programa Rumos? Os meios humanos, financeiros e materiais ao seu dispor encontram-se bem dimensionados, com vista a alcançar com eficácia as metas previamente definidas?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ N.º de acções de comunicação encetadas por tipologia</li> <li>▪ Grau de esclarecimento dos promotores a partir das acções de comunicação</li> </ul>
<p><b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Documento de Programação do Programa Rumos; Contratos de Delegação de Competências de Gestão nos Organismos objecto de delegação de competências; Descrição do Sistema de Gestão e Controlo; Relatórios de execução anual do Programa; Análise dos recursos técnicos afectos à gestão do Programa Rumos (recursos próprios e recursos dos organismos intermédios); Plano Estratégico de Comunicação (PEC); Listagem de caracterização dos investimentos Programados e executados ao nível do EP III – Assistência Técnica, enquanto recursos mobilizados para apoio à gestão operacional e monitorização estratégica do Programa Rumos.</li> </ul>	
<p><b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipa de Gestão; Equipa de gestão dos Organismos objecto de delegação de competências (IEM e DRQP); Equipa técnica; Beneficiários.</li> </ul>	

<b>Q4: A regulamentação específica das tipologias de intervenção do Programa é adequada e eficaz face aos objectivos de desempenho previamente estabelecidos?</b>	
<b>SUB-QUESTÕES</b>	<b>INDICADORES -CHAVE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que os regulamentos específicos incorporam os objectivos globais do RUMOS e os objectivos específicos de cada tipologia de intervenção?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de incorporação dos objectivos do Programa pelos regulamentos específicos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que os regulamentos específicos incorporam as especificidades da RAM e permitem enquadrar as candidaturas apresentadas e potenciais?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proporção de candidaturas não aprovadas por não terem cumprido as disposições do regulamento específico segundo a tipologia de disposição</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a utilidade efectiva dos regulamentos na fase de concepção e montagem da candidatura/ projecto?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de utilidade percebida pelos beneficiários quanto à importância dos regulamentos para a concepção da candidatura/ projecto</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que os regulamentos específicos são claros e acessíveis?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de clareza percebida dos regulamentos pelos beneficiários</li> <li>Tipologia de dúvidas apresentadas pelos potenciais beneficiários Às EAT</li> <li>Formas de disponibilização dos regulamentos aos potenciais beneficiários</li> <li>Proporção de candidaturas não aprovadas por não terem cumprido as disposições do regulamento específico segundo a tipologia de disposição</li> </ul>
<b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de Programação Programa Rumos; Regulamento específico Programa Rumos Regulamento específico 1.2.6 - RVCC</li> </ul>	
<b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica; Beneficiários</li> </ul>	

<b>Q5: Os critérios de selecção adoptados para a apreciação e hierarquização das candidaturas têm permitido apoiar candidaturas pertinentes à luz das necessidades de cumprimento de objectivos e metas definidas?</b>	
<b>SUB-QUESTÕES</b>	<b>INDICADORES -CHAVE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida os critérios de selecção adoptados permitem a selecção das candidaturas em função dos objectivos e metas definidos?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de coerência interna dos critérios de selecção por tipologia de intervenção</li> <li>Grau de intensidade da relação entre cada critério de selecção e os objectivos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que os critérios de selecção contemplam as novas orientações de política e atendem ao contexto sócio-económico global da RAM e da entidade promotora (metodologias, recursos, etc.)?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de incorporação das orientações de política</li> <li>Grau de incorporação das variáveis de contexto</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que estão contemplados mecanismos que permitam hierarquizar as candidaturas que apresentem níveis similares de pontuação na sua apreciação? Esses mecanismos são diferenciados consoante se trate de períodos de candidatura abertos ou fechados?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mecanismos de hierarquização das candidaturas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que os critérios de selecção são claros e acessíveis?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de clareza percebida dos critérios de selecção pelos beneficiários</li> <li>Tipologia de dúvidas apresentadas pelos potenciais beneficiários à EAT</li> <li>Formas de disponibilização dos critérios de selecção aos potenciais beneficiários</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual a adequação dos mecanismos associados à aplicação dos critérios de selecção?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de objectividade de cada tipologia de instrumentos de apoio à apreciação do cumprimento do critério de selecção</li> <li>Grau de adequação das escalas de ponderação</li> </ul>
<b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de Programação Programa Rumos; Regulamento específico Programa Rumos; Regulamento específico 1.2.6 – RVCC.</li> </ul>	
<b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica; Beneficiários.</li> </ul>	



<b>Q6: Os manuais de procedimentos para utilizadores e os formulários têm-se mostrado simples e com grau de exigência em consonância com a dimensão dos projectos? A informação recolhida a partir dos formulários é útil e suficiente para a análise das candidaturas apresentadas?</b>	
<b>SUB-QUESTÕES</b>	<b>INDICADORES -CHAVE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que a estrutura e o conteúdo informativo dos manuais de procedimentos são claros para os seus utilizadores?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de utilidade dos manuais de apoio à instrução de candidaturas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>De que forma é que os manuais de procedimentos incorporam as orientações necessárias à prossecução das prioridades estratégicas do RUMOS?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formas de explicitação e indução das prioridades estratégicas nos manuais</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que os formulários se revelam adequados ao perfil de projectos apresentados?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de complexidade de preenchimento dos formulários</li> <li>Grau de adequação do nível de exigência de preenchimento dos formulários face à dimensão dos projectos</li> <li>Grau de pertinência da informação solicitada face às características dos projectos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que a informação recolhida a partir dos formulários permite à EAT proceder à aplicação dos critérios de selecção?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de utilidade da informação solicitada em sede de formulários</li> <li>Nível de satisfação da EAT com a qualidade da informação fornecida em sede de formulários</li> </ul>
<b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de Programação Programa Rumos; Regulamento específico Programa Rumos; Regulamento específico 1.2.6 – RVCC; Manuais de procedimentos; Formulários de candidatura e pedidos de saldo</li> </ul>	
<b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica; Beneficiários</li> </ul>	

<b>Q7: O modelo de lançamento do Programa</b> (divulgação e faseamento de abertura de candidaturas) tem-se revelado adequado face às exigências de dinâmica de execução das diversas tipologias de intervenção?	
<b>SUB-QUESTÕES</b>	<b>INDICADORES -CHAVE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os mecanismos de divulgação do Programa são diferenciados (p.e., por públicos-alvo, grau de inovação das tipologias de intervenção) ou transversais a todo o Programa?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de acções de divulgação, informação e publicidade segundo a tipologia de intervenção</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>As acções de divulgação, informação e publicidade têm-se revelado eficazes do ponto de vista da dinamização da procura?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de eficácia das acções de divulgação, informação e publicidade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Em que medida é que os períodos de apresentação de candidaturas pré-estipulados em regulamentação específica são os mais adequados para promover a boa dinâmica de execução do Programa?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grau de adequação dos períodos de apresentação de candidatura de acordo com os beneficiários</li> <li>Grau de adequação dos procedimentos (aberto, fechado, convite, etc) face ao perfil da procura</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os avisos de abertura contêm especificações que permitam priorizar / reorientar a procura para os objectivos e metas definidos?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Numero de avisos de abertura que contem especificações</li> </ul>
<b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de Programação Programa Rumos; Plano Estratégico de Comunicação (PEC); Relatório de execução 2008; Avaliação e monitorização da PEC dos Planos Operacionais da RAM sobre as acções de 2008; Regulamento específico Programa Rumos; Regulamento específico 1.2.6 - RVCC; Avisos de abertura de concurso.</li> </ul>	
<b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica; Beneficiários.</li> </ul>	

Q8: O perfil dos <b>promotores de pedidos de co-financiamento elegíveis</b> revela capacidades e adequação potenciais à concretização dos objectivos dos Eixos Prioritários do Programa?	
SUB-QUESTÕES	INDICADORES -CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qual o perfil de beneficiários induzido pelos requisitos da regulamentação do Programa Rumos ao nível das suas competências organizacionais?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Características-chave do perfil de beneficiários induzido pelo Programa por tipologia de intervenção</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em que medida é que esses requisitos podem vir a contribuir para os objectivos dos Eixos do Programa?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grau de adequação do perfil induzido aos objectivos pretendidos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que outros requisitos ao nível do perfil dos beneficiários poderiam ser integrados ou quais poderiam ser abandonados de modo a aumentar o potencial de eficácia do RUMOS?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diferenças entre o perfil de beneficiários de pedidos de co-financiamento elegíveis aprovados e não aprovados</li> <li>▪ Diferenças entre o perfil de beneficiários esperado e o efectivo</li> </ul>
<b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Documento de Programação Programa Rumos; Relatório de execução 2008; Regulamento específico Programa Rumos; Regulamento específico 1.2.6 – RVCC</li> </ul>	
<b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica.</li> </ul>	

<b>Q9: As dinâmicas de procura dos promotores e a qualidade das candidaturas apresentadas para apoio nas diversas tipologias de intervenção, correspondem ao perfil esperado e às dimensões-chave incentivados pelos critérios de selecção dos Eixos Prioritários do Programa?</b>	
SUB-QUESTÕES	INDICADORES -CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em que medidas é que os projectos apresentados possuem um nível de qualidade correspondente ao desejável?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diferencial entre as pontuações atribuídas aos projectos e as pontuações máximas em cada critério de selecção, por tipologia de intervenção</li> <li>▪ Grau de admissibilidade das candidaturas (candidaturas admitidas / candidaturas apresentadas)</li> <li>▪ Percepção dos órgãos de gestão quanto aos aspectos mais deficitários das candidaturas apresentadas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A dinâmica da procura é suficiente para garantir uma efectiva aplicação dos critérios de selecção?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diferencial entre as candidaturas admitidas e aprovadas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em que medida é que a dinâmica da procura e a qualidade das candidaturas está a ser influenciada pela evolução do contexto e pela emergência de factores críticos não previstos inicialmente?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Evolução dos factores críticos associados aos diversos domínios de intervenção com potencial impacto nas dinâmicas de execução e qualidade dos projectos</li> <li>▪ Percepção dos órgãos de gestão quanto às alterações de contexto com potencial impacte na evolução das candidaturas</li> <li>▪ Percepção dos beneficiários quanto às alterações de contexto com potencial impacte na evolução das candidaturas</li> </ul>
<b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Documento de Programação Programa Rumos; Relatório de execução 2008; Regulamento específico Programa Rumos; Regulamento específico 1.2.6 – RVCC.</li> </ul>	
<b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica.</li> </ul>	

<p><b>Q10:</b> Os projectos aprovados revelam-se adequados face às orientações estratégicas relativas ao <b>reforço da competitividade da economia regional?</b></p> <p><b>Q11:</b> Os projectos aprovados revelam-se adequados face às orientações estratégicas relativas ao <b>reforço da integração e empregabilidade dos formandos?</b></p> <p><b>Q12:</b> Os projectos aprovados revelam-se adequados face à prioridade a <b>atribuir a públicos com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional?</b></p>	
<b>SUB-QUESTÕES</b>	<b>INDICADORES -CHAVE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como é que os diversos mecanismos de orientação e regulação das candidaturas, de execução dos projectos, de mobilização de parceiros institucionais (regulamentos, critérios de selecção, concursos, avisos específicos, protocolos, ...) promovem:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- o reforço da competitividade da economia regional</li> <li>- o reforço da integração e empregabilidade dos formandos</li> <li>- a priorização dos públicos com baixos níveis de escolaridade</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número de protocolos estabelecidos com os organismos regionais mais directamente responsáveis pela competitividade, empregabilidade e promoção dos níveis de escolaridade</li> <li>▪ Número de regulamentos e/ou directivas elaboradas de forma a orientar os potenciais beneficiários na integração da competitividade, empregabilidade e promoção dos níveis de escolaridade</li> <li>▪ Acções dinamizadas pela Gestão junto dos potenciais beneficiários com vista ao estímulo da elaboração de projectos capazes de promover a competitividade, empregabilidade e a melhoria dos baixos níveis de escolaridade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em que medida é que os projectos aprovados incorporam efectivamente objectivos compatíveis e mecanismos capazes de promover a competitividade, empregabilidade e promoção dos níveis de escolaridade?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Níveis de pontuação alcançados pelos projectos na apreciação de critérios de selecção relacionados com a competitividade, empregabilidade e promoção dos níveis de escolaridade</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que resultados são possíveis de estimar no que se refere a competitividade, empregabilidade e promoção dos níveis de escolaridade?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nível de realização do "compromisso" assumido ao nível dos indicadores de objectivo e nível de realização face às metas definidas</li> </ul>
<p><b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Documento de Programação Programa Rumos; Relatório de execução 2008; Regulamento específico Programa Rumos; Regulamento específico 1.2.6 – RVCC</li> </ul>	
<p><b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica</li> </ul>	

**Q13:** O perfil e dimensão dos **projectos aprovados** garantem a concretização das metas estabelecidas pelos Eixos Prioritários do Programa?

SUB-QUESTÕES	INDICADORES -CHAVE
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em que medida é se estima que os projectos aprovados contribuam para a concretização das metas estabelecidas para o Programa Rumos ?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Taxa de compromisso financeiro por vertente de intervenção 2008 e estimativa de 2009</li> <li>▪ Taxa de execução financeira por vertente de intervenção 2008 e estimativa de 2009</li> <li>▪ Taxa de realização física face à meta anual média por vertente de intervenção 2008 e estimativa de 2009</li> <li>▪ Taxa de concretização dos indicadores de resultado por vertente de intervenção face à meta de 2010</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existem ou perspectiva-se que venham a existir na execução dos projectos contratados desvios relevantes face ao planeado em cada um deles? Quais as principais causas desses desvios?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Grau de concretização estimado dos projectos face ao inicialmente planeado por vertente de intervenção</li> <li>▪ Estimativa de evolução dos factores críticos associados aos diversos domínios de intervenção com potencial impacto nas dinâmicas de execução e qualidade dos projectos</li> <li>▪ Percepção dos órgãos de gestão e beneficiários quanto à incidência dos factores críticos nos diversos domínios de intervenção no desenvolvimento dos projectos aprovados</li> </ul>
<p><b>DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Documento de Programação Programa Rumos; Relatório de execução 2008.</li> </ul>	
<p><b>ACTORES-CHAVE A AUSCULTAR:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipa de gestão; Equipa de gestão dos Organismos Intermédios (IRE e DRQP); Equipa técnica.</li> </ul>	

## I.2. Questionário aos beneficiários



### Inquérito aos Promotores com Projectos Aprovados e Não Aprovados

Este inquérito destina-se a todos os promotores com projectos aprovados ou reprovados, entre Janeiro de 2007 e Setembro de 2009, no âmbito do Programa RUMOS com vista à realização do **Estudo de Avaliação da Operacionalização do RUMOS**. A empresa Quatenaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento S.A. foi incumbida de realizar esta avaliação pela Autoridade de Gestão do Programa.

A Quatenaire Portugal garante a confidencialidade no tratamento da informação recolhida, uma vez que os apuramentos estatísticos a apresentar serão apresentados de forma agregada, sem qualquer identificação da entidade inquirida.

Para esclarecimento de qualquer dúvida relativa ao preenchimento do inquérito, por favor contactar:

Quatenaire Portugal S.A.  
 a/c Carlos Fontes ([carfontes@quatenaire.pt](mailto:carfontes@quatenaire.pt)) ou Lurdes Cunha ([lcunha@quatenaire.pt](mailto:lcunha@quatenaire.pt))  
 T: 00351 229399150  
 R. Tomás Ribeiro, 412 - 2.º  
 4450-295 Matosinhos

**Q.1. Qual a relevância dos seguintes meios no acesso a informação de apoio à preparação e submissão de candidaturas a esta tipologia de intervenção** (regulamentos, critérios de selecção, manuais de procedimentos, avisos de abertura de concursos, legislação relevante, documentos de referencia, etc.)?

Avalie numa escala de 1 (=Nada Relevante) a 4 (=Muito Relevante) para cada um dos meios

	1 Nada Relevante	2 Pouco Relevante	3 Relevante	4 Muito Relevante
a) Media (jornais, televisão, rádio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b) Cartazes, panfletos ou outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c) Sessões oficiais de divulgação, apresentação e lançamento público do Programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d) Página de Internet do RUMOS e DRQP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e) Avisos remetidos pelo RUMOS directamente para a mailing list de promotores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
f) Contactos com organismos públicos regionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
g) Contactos com organizações a que a entidade pertence	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
h) Contactos com outros promotores de projectos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
i) Outro(s) meios. Qual(is)? _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Q.2. Como avalia os seguintes instrumentos de apoio à elaboração da(s) candidatura(s) no âmbito desta tipologia de intervenção?**

Avalie quanto à Clareza numa escala de 1 (=Nada Claro) a 4 (=Muito Claro) e quanto à Adequabilidade ao contexto e à tipologia de intervenção numa escala de 1 (=Nada Adequado) a 4 (=Muito Adequado) para cada um dos seguintes

	Clareza				Adequabilidade			
	1 Nada Claro	2 Pouco Claro	3 Claro	4 Muito Claro	1 Nada Adequado	2 Pouco Adequado	3 Adequado	4 Muito Adequado
Regulamento específico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aviso de concurso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manual de procedimentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formulário de candidatura on-line	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Crítérios de selecção dos projectos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Q.3. Na sua opinião o prazo e a calendarização das aberturas de concurso desta tipologia de intervenção são adequados?**

Avalie numa escala de 1 (=Nada Adequado) a 4 (=Muito Adequado)

	1 Nada Adequado	2 Pouco Adequado	3 Adequado	4 Muito Adequado
Prazo para apresentação da candidatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calendarização (momento do ano em que foi aberto o concurso)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Q.4. Caso tenha respondido "nada adequado ou pouco adequado" na Q.2. ou Q.3., justifique.**

\_\_\_\_\_

**Q.5. Por quem foi(ram) realizada(s) a(s) candidatura(s) a esta tipologia de intervenção?**

- Por técnicos da entidade  
 Por técnicos de instituições parceiras  
 Por uma entidade contratada para o efeito  
 Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

**Q.6. Em que medida é que os seguintes aspectos prejudicaram a elaboração da(s) candidatura(s) desta tipologia de intervenção?**

Avalie numa escala de 1 (=Não dificultou) a 4 (=Dificultou Muito)

	1 Não dificultou	2 Dificultou Pouco	3 Dificultou	4 Dificultou Muito	Não sabe / Não se aplica
Objectivos, estrutura e tipologias de intervenção do RUMOS em termos da sua clareza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cobertura do RUMOS face às necessidades de intervenção diagnosticadas pela entidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Manuais de apoio disponibilizados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Critérios de selecção definidos para a tipologia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Submissão da candidatura no SIIFSE	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrução do processo de candidatura, nomeadamente o preenchimento dos formulários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhamento técnico disponibilizado pela equipa do RUMOS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Data de abertura do concurso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prazos definidos para apresentação da candidatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra. Qual? _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra. Qual? _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Q.7. Concorda com os critérios de selecção de candidaturas definidos para esta tipologia de intervenção?**

- Sim, concordo totalmente  
 Sim, concordo parcialmente  
 Não, discordo  
 Não conheço os critérios de selecção, logo não tenho opinião formada

**Q.8. Se concorda parcialmente ou discorda com os critérios de selecção de candidaturas definidos, quais as razões?**

\_\_\_\_\_

**Q.9. A(s) candidatura(s) apresentada(s) a esta tipologia foi/foram aprovada(s)?**

- Sim, na totalidade  
 Sim, mas apenas parcialmente  
 Não (passa para a questão Q.13)

**Q.10. Qual a relevância dos seguintes meios no acesso a informação de apoio à implementação dos projectos desta tipologia de intervenção (regulamentos, manuais de procedimentos, legislação relevante, documentos de referencia, etc.)?**

Avalie numa escala de 1 (=Nada Relevante) a 4 (=Muito Relevante) para cada um dos seguintes meios

	1 Nada Relevante	2 Pouco Relevante	3 Relevante	4 Muito Relevante
a) Media (jornais, televisão, rádio)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
b) Cartazes, panfletos ou outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
c) Sessões oficiais de divulgação, apresentação e lançamento público do Programa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
d) Página de Internet do RUMOS e DRQP	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
e) Avisos remetidos pelo RUMOS directamente para a mailing list de promotores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
f) Contactos com organismos públicos regionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
g) Contactos com organizações a que a entidade pertence	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
h) Contactos com outros promotores de projectos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
i) Outro(s) meios. Qual(is)? _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



**Em que medida é que os seguintes aspectos prejudicaram o desenvolvimento do(s) projecto(s) desta tipologia de intervenção?**

Avalie numa escala de 1 (=Não Dificultou) a 4 (=Dificultou Muito)

	1 Não Dificultou	2 Dificultou Pouco	3 Dificultou	4 Dificultou Muito	Não sabe / Não se aplica
Prazo de aprovação da(s) candidatura(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prazo de pagamento de reembolsos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comparticipação financeira com recursos próprios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processo administrativo e financeiro associado ao projecto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de desenvolvimento do(s) projecto(s) em sede de candidatura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Margem permitida para a adaptação e inovação das metodologias às características do público-alvo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nível de adesão do público-alvo previsto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilização de formadores/ consultores ou outros agentes adequados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exercício das funções de coordenação e avaliação do(s) projecto(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilização das parcerias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adesão da comunidade (p.e. estágios, visitas, ...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação disponível em relação aos resultados e impacto de projectos similares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra dificuldade. Qual? _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outra dificuldade. Qual? _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Q.12. Tendo em consideração o ponto de situação do(s) projecto(s) desta tipologia de intervenção estima que os resultados finais efectivos estarão de acordo com os previstos em candidatura?**

Avalie numa escala de 1 (=Nada de acordo com o previsto) a 4 (=Totalmente de acordo com o previsto)

1 Nada de acordo com o previsto	2 Pouco de acordo com o previsto	3 De acordo com o previsto	4 Totalmente de acordo com o previsto
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Q.13. Qual o grau de conhecimento geral que tem do RUMOS (p.e., objectivos, tipologia de projectos, tipologia de promotores, tipologia de beneficiários finais, ...)?**

Autoavalia-se numa escala de 1 (=Não Conhece Nada) a 4 (=Conhece Bem) para cada uma das seguintes tipologias de intervenção

Tipologias de intervenção	1 Não Conhece Nada	2 Conhece Pouco	3 Conhece	4 Conhece Bem
1.1. Qualificação Inicial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.3. Formação Avançada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.1. Transição para a Vida Activa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.2. Apoio ao emprego e Desenvolvimento Local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.3. Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Q.14. Em que domínios é prioritário intervir no sentido de melhorar as condições de operacionalização do RUMOS? (escolha no máximo 3 domínios prioritários)**

- Procedimentos associados à aprovação das candidaturas
- Calendários de apresentação das candidaturas
- Prazos de decisão (aprovação, alterações, ...)
- Meios e canais de informação usado pela gestão sobre o RUMOS
- Sistema informático (SIIFSE)
- Acompanhamento administrativo/financeiro dos projectos por parte da gestão
- Acompanhamento técnico (conteúdos e processos) dos projectos por parte da gestão
- Instrumentos de apoio à concepção das candidaturas
- Avaliação dos resultados e impactos dos projectos
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**Q.15. Em que medida é que a alteração do papel da Direcção Regional de Qualificação Profissional na gestão do Rumos neste período de programação (2007-2013), melhorou o desempenho da gestão** (p.e. apoio técnico aos promotores, disponibilização de informação útil, tempos médio de aprovação de candidaturas e de pagamento de reembolsos, etc.)?

- Melhorou bastante
- Manteve-se
- Não senti qualquer melhoria
- Não sei, não tenho opinião

**Q.16. Justifique sucintamente:**

---

**Q.17. Observações e comentários em relação ao programa RUMOS ou ao(s) projecto(s)**

**Muito obrigada pela sua participação!**

Enviar

### I.3. Síntese das respostas ao questionário aos beneficiários

**Q.1. Qual a relevância dos seguintes meios no acesso a informação de apoio à preparação e submissão de candidaturas a esta tipologia de intervenção** (regulamentos, critérios de selecção, manuais de procedimentos, avisos de abertura de concursos, legislação relevante, documentos de referencia, etc.)?

	Nada Relevante		Pouco Relevante		Relevante		Muito Relevante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q1.a) Media (jornais, televisão, rádio)	25	20,2%	23	18,5%	51	41,1%	25	20,2%
Q1.b) Cartazes, panfletos ou outros	17	13,7%	36	29,0%	54	43,5%	17	13,7%
Q1.c) Sessões oficiais de divulgação, apresentação e lançamento público do Programa	4	3,2%	16	12,8%	37	29,6%	68	54,4%
Q1.d) Página de Internet do RUMOS e DRQP	1	0,8%	7	5,6%	29	23,4%	87	70,2%
Q1.e) Avisos remetidos pelo RUMOS directamente para a mailing list de promotores	8	6,3%	15	11,9%	32	25,4%	71	56,3%
Q1.f) Contactos com organismos públicos regionais	3	2,4%	19	15,2%	53	42,4%	50	40,0%
Q1.g) Contactos com organizações a que a entidade pertence	8	6,5%	22	17,7%	56	45,2%	38	30,6%
Q1.h) Contactos com outros promotores de projectos	12	9,8%	30	24,4%	59	48,0%	22	17,9%
Q1.i) Outro(s) meios					1	100,0%		

**Q1.i) Outro(s) meios. Qual(is)?**

	Nº	%
Entidade protocolada	1	100,0%
Total	1	100,0%

**Q.2. Como avalia os seguintes instrumentos de apoio à elaboração da(s) candidatura(s) no âmbito desta tipologia de intervenção?**

	Nada Claro		Pouco Claro		Claro		Muito Claro	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q2. (Clareza) Regulamento específico			20	16,0%	94	75,2%	11	8,8%
Q2. (Clareza) Aviso de concurso	3	2,4%	17	13,6%	70	56,0%	35	28,0%
Q2. (Clareza) Manual de procedimentos			24	19,4%	78	62,9%	22	17,7%
Q2. (Clareza) Formulário de candidatura on-line			19	15,3%	83	66,9%	22	17,7%
Q2. (Clareza) Critérios de selecção dos projectos	5	4,1%	30	24,8%	70	57,9%	16	13,2%

	Nada Adequado		Pouco Adequado		Adequado		Muito Adequado	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q2. (Adaptabilidade) Regulamento específico			17	14,5%	89	76,1%	11	9,4%
Q2. (Adaptabilidade) Aviso de concurso			15	12,8%	83	70,9%	19	16,2%
Q2. (Adaptabilidade) Manual de procedimentos			16	13,6%	84	71,2%	18	15,3%
Q2. (Adaptabilidade) Formulário de candidatura on-line			12	10,4%	81	70,4%	22	19,1%
Q2. (Adaptabilidade) Critérios de selecção dos projectos	4	3,4%	21	18,1%	81	69,8%	10	8,6%

**Q.3. Na sua opinião o prazo e a calendarização das aberturas de concurso desta tipologia de intervenção são adequados?**

	Nada Adequado		Pouco Adequado		Adequado		Muito Adequado	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q3. Prazo para apresentação da candidatura	3	2,4%	32	25,8%	76	61,3%	13	10,5%
Q3. Calendarização (momento do ano em que foi aberto o concurso)	11	8,9%	22	17,7%	78	62,9%	13	10,5%

**Q.4. Caso tenha respondido "nada adequado ou pouco adequado" na Q.2. ou Q.3., justifique.**

	Nº
A calendarização adoptada dificulta a abertura atempada de procedimento de aquisição (CCP)	1
A calendarização do período de candidaturas deverá ser no final do ano para formação a iniciar no ano seguinte ou logo no início do ano (Janeiro, Fevereiro).	1
A calendarização do período de candidaturas deveria ser no final do ano para projectos a iniciar no ano seguinte. Assim, estaria de acordo com a fase de preparação de orçamento e estratégia de investimento do ano seguinte.	1
Altura da candidatura e consequente aprovação demasiado tardia pelo que, a implementação do plano anual só vem a iniciar-se quase a meio do ano.	1
Ao ser apresentada a candidatura em Abril, com aprovação em Julho/Agosto, o tempo útil para a sua execução é curto. Deveria ser em Outubro para o ano seguinte	1
Apenas se consegue iniciar a formação em Set de cada ano, e em 3 meses é muito difícil realizar a formação prevista para 1 ano. as candidaturas deveriam abrir no ano anterior à data da sua realização.	1
Caso as acções venham a ser aprovadas, não há tempo útil para divulgar, seleccionar formandos, formadores, etc. As candidaturas deviam ser efectuadas no ano anterior.	1
Conhecer a calendarização com mais antecedência.	1
Considerando que os projectos de formação se destinam a professores, no momento em que se divulgam os resultados vamos já a metade do ano lectivo, sendo necessário interromper o calendário de formação nos períodos mais exigentes de avaliação dos alunos.	1
Dado que os nossos projectos decorrem numa escola e são direccionados para a população escolar, o facto de as candidaturas aos cursos serem realizadas antes do final do ano lectivo, implica que seja muito difícil proceder à selecção dos futuros formandos	1
Demasiado curto para a elaboração de projectos de formação adequados às necessidades dos formandos	1
Devia abrir com mais antecedência e, mais vezes.	1
Dificuldades de conciliação com o orçamento da escola	1
Na apresentação de candidatura o prazo deveria estender-se por motivos de apresentação de propostas de oferta educativa à comunidade educativa, preenchimento de formulários e solicitação de orçamentos e preparação de autorizações de funcionamento do	1
Não coincide com o calendário escolar das escolas públicas nem com a elaboração dos respectivos orçamentos de escola.	1
No caso das escolas seria mais adequado o concurso ao RUMOS coincidir com o final do ano lectivo.	1
O momento do ano é coincidente com procedimentos institucionais fixos (plano, relatório, preparação SIADAP...)	1
O prazo de candidatura deveria ser mais alargado.	14
o tempo de aceitação da candidatura e o tempo de realização das formações torna-se curto dificultando a calendarização dos mesmos	1
Os prazos são extremamente "apertados" especialmente na candidatura atendendo ao processo de auscultação da comunidade educativa selecção e divulgação da oferta educativa e candidatura."	1
Porque só arrancamos com os cursos candidatados após a confirmação da aprovação, e quando os períodos de candidatura são a meio do ano é difícil conciliarmos o nosso planeamento formativo com o financiamento.	1
Pouco adequado ao Calendário Escolar do Ensino Público	1
Processo muito burocratizado.	1
O regulamento por si só não é adequado, é necessário sempre apoio directo por telefone de um técnico. Quanto ao formulário não existe margem de manobra para certos itens, de forma se aplicarem a casos concretos.	1
Q2 ultimo concurso especificava candidaturas para cursos a iniciar em 2009, e na aprovação contemplou apenas acções a iniciar em 2009, levando a que apenas as primeiras acções de cada curso fossem contempladas em sede de candidatura.	1
Sendo o desenvolvimento das acções para execução no biénio 2009/2010, as candidaturas deveriam decorrer antes de 2009, tal como os resultados.	1
Tendo em conta a documentação exigida, o prazo tornasse curto para compilação de toda essa documentação.	1
Tendo em conta os requisitos exigíveis, o prazo de 1 mês é considerado limitado para a apresentação das candidaturas.	1
Um concurso para acção a desenvolver em 2009 deveria abrir antes de Janeiro de 2009 para se preparar a formação.	1
Total	42

**Q.5. Por quem foi(ram) realizada(s) a(s) candidatura(s) a esta tipologia de intervenção?**

	Nº	%
Por técnicos da entidade	88	69,8%
Por técnicos de instituições parceiras	13	10,3%
Por uma entidade contratada para o efeito	13	10,3%
Outra situação	9	7,1%
Total	123	97,6%
Não respondeu	3	2,4%
Total	126	100,0%

**Q5.1. Outra situação. Qual?**

	Nº
Membro da Direcção da Escola	1
Pela Professora responsável pelos CEF e elemento da Direcção da Escola	1
Pelo director de curso (CEF)	1
Por técnico superior em prestação de serviços	1
Por técnicos da entidade e Por técnicos de instituições parceiras	1
Por um técnico contratado para o efeito.	1
Professor	1
Professor e técnico administrativo (SAS)	1
Técnicos da Entidade e Instituições parceiras	1
Total	9

**Q.6. Em que medida é que os seguintes aspectos prejudicaram a elaboração da(s) candidatura(s) desta tipologia de intervenção?**

	Não dificultou		Dificultou pouco		Dificultou		Dificultou muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q6. Objectivos, estrutura e tipologias de intervenção do RUMOS em termos da sua clareza	76	61,3%	32	25,8%	14	11,3%	2	1,6%
Q6. Cobertura do RUMOS face às necessidades de intervenção diagnosticadas pela entidade	65	52,8%	26	21,1%	28	22,8%	4	3,3%
Q6. Manuais de apoio disponibilizados	71	60,2%	33	28,0%	13	11,0%	1	0,8%
Q6. Critérios de selecção definidos para a tipologia	53	45,3%	43	36,8%	14	12,0%	7	6,0%
Q6. Submissão da candidatura no SIIFSE	64	52,0%	47	38,2%	8	6,5%	4	3,3%
Q6. Instrução do processo de candidatura, nomeadamente o preenchimento dos formulários	57	46,7%	52	42,6%	10	8,2%	3	2,5%
Q6. Acompanhamento técnico disponibilizado pela equipa do RUMOS	88	72,1%	30	24,6%	2	1,6%	2	1,6%
Q6. Data de abertura do concurso	58	48,3%	37	30,8%	18	15,0%	7	5,8%
Q6. Prazos definidos para apresentação da candidatura	51	42,1%	43	35,5%	21	17,4%	6	5,0%
Q6. Outra.					2	50,0%	2	50,0%

**Q6. Outra. Qual?**

	Nº
Formação específica para os técnicos contratados para acompanhar os processos.	1
regras de realização das acções	1
Sendo a candidatura anual, ao ser apresentada em Abril, eliminou grande parte do calendário para a realização da formação	1
Terminologia específica	1
Total	4

**Q.7. Concorda com os critérios de selecção de candidaturas definidos para esta tipologia de intervenção?**

	Nº	%
Sim, concordo totalmente	85	67,5%
Sim, concordo parcialmente	22	17,5%
Não, discordo	6	4,8%
Não conheço os critérios de selecção, logo não tenho opinião	13	10,3%
Total	126	100,0%

**Q.8. Se concorda parcialmente ou discorda com os critérios de selecção de candidaturas definidos, quais as razões?**

	Nº	%
Não aplicável	98	77,8%
Não respondeu	7	5,6%
A exclusão, do ponto de vista das prioridades temáticas, de determinados sectores económicos.	1	0,8%
Alguns critérios são muito gerais, não tendo em conta a especificidade de alguns projectos e/ou seu meio envolvente	1	0,8%
Concordo parcialmente, porque há alguns cursos que não foram aprovados em candidatura que são muito importantes para a nossa organização, designadamente primeiros socorros, e alguns cursos na área da electricidade.	1	0,8%
Demasiado balizado, e não permite ver (analisar) as especificidades próprias de cada área de negócio	1	0,8%
Deviam cobrir mais custos referentes aos cursos de educação de formação	1	0,8%
Era necessariamente maior clareza nos critérios	1	0,8%
Existem alguns critérios de selecção pouco claros.	1	0,8%
Existem áreas de formação que não são consideradas prioritárias pelo programa RUMOS.	1	0,8%
Existem necessidades de formação para quadros superiores e também para pessoal menos qualificado. Beneficiar uma candidatura que tem como público-alvo pessoas com baixo nível de qualificação não está correcto e dificulta o acesso aos fundos por parte das	1	0,8%
Mais flexibilidade para empresas de mão-de-obra intensiva	1	0,8%
Não estão todos orientados para as especificidades formativas da nossa organização.	1	0,8%
Não se entende a exclusão das Associações Profissionais da elegibilidade, dado que a legislação as considera entidades ilegíveis.	1	0,8%
Não se adequam à produção de conteúdos para pessoas com deficiências ou incapacidade	1	0,8%
Obrigatoriedade de aprovação prévia da candidatura pela Direcção Regional da Educação.	1	0,8%
Os critérios não são suficientemente abrangentes para aplicação em determinadas necessidades inviabilizando a candidatura de alguns dos nossos colaboradores e suas áreas funcionais.	1	0,8%
Os critérios são muito vagos e quase idênticos para todas as candidaturas	1	0,8%
Porque não é claro as recusas de acções para o início do ano 2010	1	0,8%
Porque não são suficientemente flexíveis, para se adequarem às necessidades reais das pequenas organizações.	1	0,8%
São demasiado universais e tipificados (quadrados)	2	1,6%
São demasiado universais e tipificados (quadrados).	1	0,8%
Total	126	100,0%

**Q.9. A(s) candidatura(s) apresentada(s) a esta tipologia foi/foram aprovada(s)?**

	Nº	%
Sim, na totalidade	55	43,7%
Sim, mas apenas parcialmente	58	46,0%
Não	13	10,3%
Total	126	100,0%

**Q.10. Qual a relevância dos seguintes meios no acesso a informação de apoio à implementação dos projectos desta tipologia de intervenção (regulamentos, manuais de procedimentos, legislação relevante, documentos de referencia, etc.)?**

	Nada relevante		Pouco relevante		Relevante		Muito relevante	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q10.a) Media (jornais, televisão, rádio)	24	22,2%	22	20,4%	38	35,2%	24	22,2%
Q10.b) Cartazes, panfletos ou outros	16	14,8%	33	30,6%	42	38,9%	17	15,7%
Q10.c) Sessões oficiais de divulgação, apresentação e lançamento público do Programa	6	5,5%	19	17,4%	34	31,2%	50	45,9%
Q10.d) Página de Internet do RUMOS e DROP	3	2,8%	7	6,5%	28	25,9%	70	64,8%
Q10.e) Avisos remetidos pelo RUMOS directamente para a mailing list de promotores	8	7,3%	9	8,3%	34	31,2%	58	53,2%
Q10.f) Contactos com organismos públicos regionais	4	3,7%	15	14,0%	44	41,1%	44	41,1%
Q10.g) Contactos com organizações a que a entidade pertence	8	7,5%	20	18,7%	49	45,8%	30	28,0%
Q10.h) Contactos com outros promotores de projectos	11	10,2%	28	25,9%	49	45,4%	20	18,5%
Q10.i) Outro(s) meios.					1	100,0%		

**Q10.i) Outro(s) meios. Qual(is)?**

	Nº
Entidade protocolada	1
Total	1

**Q11. Em que medida é que os seguintes aspectos prejudicaram o desenvolvimento do(s) projecto(s) desta tipologia de intervenção?**

	Não dificultou		Dificultou pouco		Dificultou		Dificultou muito	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q11. Prazo de aprovação da(s) candidatura(s)	50	45,5%	26	23,6%	28	25,5%	6	5,5%
Q11. Prazo de pagamento de reembolsos	18	17,5%	35	34,0%	26	25,2%	24	23,3%
Q11. Comparticipação financeira com recursos próprios	27	26,5%	38	37,3%	25	24,5%	12	11,8%
Q11. Processo administrativo e financeiro associado ao projecto	39	36,4%	36	33,6%	22	20,6%	10	9,3%
Q11. Nível de desenvolvimento do(s) projecto(s) em sede de candidatura	49	46,7%	42	40,0%	12	11,4%	2	1,9%
Q11. Margem permitida para a adaptação e inovação das metodologias às características do público-alvo	54	53,5%	37	36,6%	9	8,9%	1	1,0%
Q11. Nível de adesão do público-alvo previsto	58	54,7%	34	32,1%	10	9,4%	4	3,8%
Q11. Mobilização de formadores/ consultores ou outros agentes adequados	70	64,8%	27	25,0%	9	8,3%	2	1,9%
Q11. Exercício das funções de coordenação e avaliação do(s) projecto(s)	65	62,5%	30	28,8%	6	5,8%	3	2,9%
Q11. Mobilização das parcerias	55	58,5%	31	33,0%	7	7,4%	1	1,1%
Q11. Adesão da comunidade (p.e. estágios, visitas, ...)	47	60,3%	27	34,6%	3	3,8%	1	1,3%
Q11. Informação disponível em relação aos resultados e impacto de projectos similares	51	57,3%	30	33,7%	7	7,9%	1	1,1%
Q11. Outra dificuldade.					1	33,3%	2	66,7%

**Q11. Outra dificuldade. Qual?**

	Nº
Como a formação realizada é para internos temos tido dificuldade em dispensar os participantes para a formação.	1
Inexistência de técnicos especialistas (jurista, gestor...)	1
Organização contabilística da entidade beneficiária	1
Total	3

**Q.12. Tendo em consideração o ponto de situação do(s) projecto(s) desta tipologia de intervenção estima que os resultados finais efectivos estarão de acordo com os previstos em candidatura?**

	Nº	%
Nada de acordo com o previsto	3	2,4%
Pouco de acordo com o previsto	9	7,1%
De acordo com o previsto	78	61,9%
Totalmente de acordo com o previsto	21	16,7%
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>88,1%</b>
Não respondeu	2	1,6%
Não aplicável	13	10,3%
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>11,9%</b>
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>100,0%</b>

**Q.13. Qual o grau de conhecimento geral que tem do RUMOS (p.e., objectivos, tipologia de projectos, tipologia de promotores, tipologia de beneficiários finais, ...)?**

	Não conhece nada		Conhece pouco		Conhece		Conhece bem	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Q13. 1.1. Qualificação Inicial	9	7,2%	24	19,2%	65	52,0%	27	21,6%
Q13. 1.2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	6	4,8%	18	14,5%	59	47,6%	41	33,1%
Q13. 1.3. Formação Avançada	16	12,9%	43	34,7%	44	35,5%	21	16,9%
Q13. 2.1. Transição para a Vida Activa	18	14,5%	49	39,5%	44	35,5%	13	10,5%
Q13. 2.2. Apoio ao emprego e Desenvolvimento Local	22	17,9%	53	43,1%	43	35,0%	5	4,1%
Q13. 2.3. Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos	25	20,7%	57	47,1%	36	29,8%	3	2,5%

**Q.14. Em que domínios é prioritário intervir no sentido de melhorar as condições de operacionalização do RUMOS? (escolha no máximo 3 domínios prioritários)**

	Nº	%
Q14. Procedimentos associados à aprovação das candidaturas	38	30,2%
Q14. Calendários de apresentação das candidaturas	44	34,9%
Q14. Prazos de decisão (aprovação, alterações, ...)	62	49,2%
Q14. Meios e canais de informação usado pela gestão sobre o RUMOS	25	19,8%
Q14. Sistema informático (SIIFSE)	43	34,1%
Q14. Acompanhamento administrativo/financeiro dos projectos por parte da gestão	35	27,8%
Q14. Acompanhamento técnico (conteúdos e processos) dos projectos por parte da gestão	32	25,4%
Q14. Instrumentos de apoio à concepção das candidaturas	30	23,8%
Q14. Avaliação dos resultados e impactos dos projectos	23	18,3%
Q14. Outro.	3	2,4%

**Q14. Outro. Qual?**

	Nº
Definir critérios para a produção de conteúdos adaptados	1
Fornecer sessões de formação sobre o Rumos às entidades envolvidas	1
Não obrigação que todas as acções iniciem no ano da aprovação da candidatura	1
<b>Total</b>	<b>3</b>



**Q.15. Em que medida é que a alteração do papel da Direcção Regional de Qualificação Profissional na gestão do Rumos neste período de programação (2007-2013), melhorou o desempenho da gestão**

	Nº	%
Melhorou bastante	44	34,9%
Manteve-se	39	31,0%
Não senti qualquer melhoria	6	4,8%
Não sei, não tenho opinião	35	27,8%
Total	124	98,4%
Não respondeu	2	1,6%
Total	126	100,0%

**Q.16. Justifique sucintamente:**

	Nº
A DRQP sempre dispensou todo o apoio técnico e toda a informação necessária e que lhe fosse solicitada, daí não responder que melhorou.	1
A DRQP sempre teve um óptimo relacionamento connosco e sempre nos recebemos todo o apoio para a resolução das nossas dúvidas.	1
A DRQP sempre teve um óptimo relacionamento connosco e sempre recebemos todo o apoio para a resolução das nossas dúvidas.	2
A entidade não disponha de informação ou conhecimento sobre esta área específica (apoio a produção de recursos e materiais didácticos para pessoas com deficiência ou incapacidades)	1
A experiência acumulada diminui os tempos de resposta	1
A funcionalidade e a brevidade de desenvolvimento dos processos	1
A gestão e o apoio da DRQP são indispensáveis para a boa execução dos projectos de formação.	1
A minha ligação como técnico aos Projectos desta instituição apenas iniciou-se em Novembro de 2008, portanto não me é possível comparar com a gestão anterior.	1
A qualidade da equipa técnica é muito boa	1
Apresentação de um projecto único, que engloba todos os cursos candidatados; Desburocratização; Proximidade e celeridade com que respondem as questões.	1
As melhorias são notórias ao nível da competência e conhecimentos técnicos dos funcionários no esclarecimento imediato das questões colocadas.	1
Claramente uma intervenção mais profissionalizada	1
Como não foi aprovada a candidatura, não tivemos oportunidade de avaliar as alterações.	1
Consideramos que a partir de 2007 se verificou uma melhoria no serviço prestado, designadamente ao nível do esclarecimento de dúvidas ou de situações pontuais do SIFSE	1
Creio que melhorou (não há esta opção), mas não o bastante. Exemplo disso é a publicação do calendário anual das candidaturas.	1
Desde que estamos a trabalhar com projectos financiados e consequentemente com a DRQP/Rumos, toda a informação e apoios solicitados são fornecidos com alguma celeridade.	1
Em relação ao apoio técnico é excelente como sempre. Em relação aos reembolsos é moroso, como sempre.	1
Face ao pouco tempo em que estou envolvida no Rumos, não tenho opinião formada.	1
Facilitou todo o processo de candidatura	1
Foi a 1ª vez que esta entidade apresentou candidatura no âmbito do Rumos	1
Foi possível promover cursos a grande parte dos colaboradores aumentando assim suas competências.	1
Mostraram disponibilidade na maior parte das situações	1
Não conheço em pormenor a actividade e acção da Direcção regional para proceder à avaliação	1
Não estive envolvida em projectos do anterior quadro.	3
Não observamos alterações significativas	1
Não temos forma de comparação, uma vez que nunca nos candidatamos ao anterior quadro.	2
Não tenho opinião porque quando comecei a trabalhar no Rumos já a Direcção Regional de Qualificação Profissional estava na sua gestão.	1
O acompanhamento do RUMOS pela DRQP tem sido excelente desde o início e imprescindível para a boa execução dos projectos	1
O apoio da equipa técnica tem sido muito linear	1
O apoio que existe é semelhante ao que existia e acho que é bom (sobretudo na área financeira) Os prazos de realização dos pagamentos pioraram bastante.	3
O atraso no pagamento dos reembolsos, prejudicou a execução e o desenvolvimento do projecto, de acordo com o previsto	1
O atraso nos pagamentos dos reembolsos, muitas vezes, condiciona o desenvolvimento e a execução da acção no prazo inicialmente previsto.	1
O Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família candidatou-se apenas neste período de programação (2007-2013), não tendo por isso meios para comparar o papel da Direcção Regional de Qualificação Profissional.	1
O desempenho da DRQP na gestão do RUMOS melhorou significativamente a operacionalização dos programas de apoio à formação.	1
O desempenho da equipa técnica na nossa opinião é sempre de grande qualidade	1
O papel da Direcção Regional de Qualificação Profissional é sempre da máxima utilidade. A equipa é muito disponível e próxima dos promotores, facilitando todos os processos.	1
O profissionalismo de toda a equipa tem sido muito linear	1

O trabalho anteriormente desenvolvido era de muito boa qualidade. Essa muito boa qualidade manteve-se na actual situação	1
Obtivemos sempre uma resposta às nossas solicitações	1
Os apoios foram sempre prestados, mas o tempo médio, sobretudo do reembolso final, é muito longo (é preciso ter um bom fundo de maneo)	1
Porque só iniciamos o curso em Setembro, por isso ainda não tenho opinião formada	1
Primeiro projecto foi realizado em 2008. Não permite analisar a alteração do papel da DRQP face a anos anteriores	1
Respondem prontamente às questões apresentadas.	1
Tem sido uma mais valia o apoio dos técnicos da DRQP na gestão devido à disponibilidade demonstrada no contacto com a escola	1
Tendo como opinião de que o sistema informático de candidaturas tenha de ser mais flexível e que não seria ideias melhorar o sistema de apoio à submissão de candidaturas, através de um maior apoio técnico directo, a possibilidade de submeter os pedidos de	1
Tendo em conta e experiência em programas no Continente, a capacidade de resposta, a eficiência e eficácia dos técnicos tem satisfeito completamente	1
Total	52

#### Q.17. Observações e comentários em relação ao programa RUMOS ou ao(s) projecto(s)

	Nº
A registar a disponibilidade e simpatia da equipa técnica do programa no apoio dado aos promotores.	1
As entidades são muitas vezes quem valida as soluções do SIFSE, perdendo-se muito tempo em erros que ainda não foram corrigidos. A gestão destes erros é feita ao nível do IGFSE.	1
Bastante satisfeitos com os técnicos e entidade gestora do programa. Até ao momento têm sido muito úteis e sempre disponíveis para esclarecer questões e dúvidas.	1
Bem hajam. Se a aposta do País está na educação e na formação profissional o Programa RUMOS vem ao encontro da satisfação destas necessidades.	1
Com excepção do longo período de espera dos reembolsos e saldos, corresponde às expectativas.	1
Como se trata de um novo programa, ao início sente-se algumas dificuldades na elaboração e submissão das candidaturas, mas com a prática, \chega-se lá\". O que está muito mal neste quadro é o tempo que demoram a pagar os reembolsos que são excessivos. "	1
Considero o Programa Rumos uma mais valia para a região, uma vez que apoia e incentiva à criação de novas oportunidades de estudo e profissionalização.	1
Dificuldade no acesso à documentação e informação no site.	1
Duas questões que queremos realçar. 1.º Necessidade de alterar as datam de apresentação das candidaturas e de aprovação final. Deveriam ser apresentadas, em nosso entender, em Setembro/Outubro do ano anterior, permitindo que a formação pudesse começar	1
E pertinente que, para evitar lapsos e um eficaz procedimento de candidatura e gestão física e financeira, existam técnicos responsáveis para diferentes áreas, especialmente juristas, gestores financeiros e técnico/ assistente administrativo.	1
E pertinente que, para evitar lapsos e um eficaz procedimento de candidatura e gestão física e financeira, existam técnicos responsáveis para diferentes áreas, especialmente juristas, gestores financeiros e técnico/ assistente administrativo.	1
Ficou um sentimento de frustração com a reprovação do projecto na medida em que pediam simplicidade na apresentação do mesmo e das justificações dadas, penalizando depois na pontuação da mesma candidatura, alegando que deveria ter sido mais elaborada....	1
Nada a comentar. Até ao momento a nossa experiência tem sido muito positive e estamos muito satisfeitos	1
O programa cumpre os seus objectivos e em geral a qualidade e detalhe da informação é clara e suficiente. é no entanto imperativo: rever o momento de abertura de candidaturas	1
O Programa não deveria contemplar apenas Formação Profissional, mas deveria considerar áreas de investimento para projectos de intervenção com os mais desfavorecidos (sem abrigo, doentes mentais, etc)	1
O Programa Rumos fornece oportunidade de apoiar os cursos envolvidos, nomeadamente a nível financeiro. Todavia a conjuntura contabilística da entidade beneficiária não tem permitido que o FSE seja aproveitado.	1
Os critérios para as pequenas empresas/instituições, deveriam ser mais objectivos. A candidatura apresentada era de valor irrisório, mas de grande importância e reflexo no dia a dia da nossa organização.	1
Os procedimentos técnicos para a formalização e gestão das candidaturas, bem como a operacionalização do sistema informático não são explicados aos promotores dos projectos, o que obriga a transtornos, inquietudes e angústias que é urgente solucionar.	1
Penso que os manuais deveriam ser mais sucintos e mais simplificados.	1
Poderiam ser criados outros projectos de apoio a profissionais activos, nomeadamente para permitir acções de formação no âmbito do aperfeiçoamento, da reciclagem e da actualização de conhecimentos.	1
Relativamente ao Programa Rumos e aos nossos projectos, cursos de educação e formação, que decorrem em contexto escolar, há uma observação que não podemos deixar de fazer, que é o facto de não existir nenhum tipo de comparticipação financeira/ajudas	1
Seria importante no meu entender promover formação aos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos projectos para que a mesma fosse realizada com maior eficácia e eficiência.	1
Sugerimos a abertura de mais períodos de candidatura para a submissão de projectos a este Programa.	1
Total	23

## **I.4. Estudos de caso aos beneficiários**

Através da análise detalhada de aspectos cruciais do desenvolvimento de dois projectos apoiados pelo Programa, entendendo-se a unidade “projecto” no sentido de operação/candidatura ao Programa, procurou-se apreender os principais aspectos do ciclo do projecto, desde a fase de candidatura até ao apuramento dos resultados, e a sua relação com os objectivos pré-estabelecidos.

De uma maneira geral, os procedimentos de recolha de informação accionados foram os seguintes:

- Análise documental do projecto (candidatura, parecer de apreciação da candidatura, dossier técnico pedagógico e outros documentos significativos do projecto);
- Consulta de outras fontes de informação, nomeadamente sítios da Internet;
- Entrevista semi-directiva ao responsável pela concepção e apresentação da candidatura;
- Entrevista semi-directiva ao responsável pela coordenação do projecto;
- Entrevista semi-directiva a outros actores responsáveis por operacionalizar o projecto (p.e. formadores, técnicos, ...);
- Entrevista semi-directiva a uma amostra de beneficiários finais.

A selecção dos estudos de caso pautou-se por critérios que assegurassem a transferibilidade e que permitiram a aprendizagem organizacional, assumindo o estatuto de “projectos” com elevada componente experimental/demonstrativa. Nesta lógica, os critérios adoptados para a selecção dos projectos foram os seguintes.

- Projectos inseridos em tipologias com elevada programação financeira associada;
- Projectos com execução física quase ou totalmente completa, como condição para maximizar a recolha de informação em relação às dimensões de processo e de resultados;
- Projectos que potencialmente se relacionam com outras tipologias de intervenção do Eixo I, ou eventualmente do Eixo II; este aspecto é indicativo da

complexidade dos projectos e favorece a apreensão de informação complementar relativa a outras dimensões de execução do Programa;

- Projectos desenvolvidos por beneficiários com experiência significativa em matéria de Fundo Social Europeu na Região, e em particular com prática em diversas tipologias de intervenção do Programa Rumos, incluindo as tipologias mais inovadoras do actual período de programação.

### Elementos base de estruturação dos estudos de caso

#### MODELO DE ANÁLISE DO PROJECTO

Tipologia de intervenção	
Entidade promotora	
Local	
Nome do Projecto	
Responsável pelo Projecto:	
Objectivos gerais	
Objectivos Específicos	
Volume de formação	
Total custo do projecto	
Entidades parceiras	


<b>Intervenientes/ /Interlocutores dos Estudos de caso</b>	<b>Dimensões avaliativas estruturantes dos Estudos de caso</b>
	<b>FUNDAMENTAÇÃO ESTRATÉGICA: PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DO PROJECTO</b>
Responsável pela concepção e apresentação da candidatura; Responsável pela coordenação do projecto;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundamentação estratégica do Projecto.</li> <li>✓ Relevância do Projecto face aos níveis de objectivos da Tipologia.</li> <li>✓ Grau de correspondência do Projecto às necessidades identificadas.</li> <li>✓ Grau de resposta do Projecto a problemas que carecem de respostas de outras fontes.</li> <li>✓ Mecanismos utilizados para a identificação das necessidades que fundamentaram a criação do Projecto.</li> </ul>

	<b>ADEQUAÇÃO DOS MECANISMOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA</b>
Responsável pela concepção e apresentação da candidatura; Responsável pela coordenação do projecto;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apreciação crítica e sugestões de melhoria face à adequação dos Regulamentos específicos do Programa?</li> <li>✓ Apreciação crítica e sugestões de melhoria dos critérios de elegibilidade/ admissibilidade dos projectos?</li> <li>✓ Apreciação crítica e sugestões de melhoria dos itens da grelha de critérios de análise dos projectos.</li> <li>✓ Adequação dos mecanismos de divulgação operacionalizados pelo Programa.</li> <li>✓ Apreciação crítica e sugestões de melhoria do modelo de gestão interna e acompanhamento da execução dos projectos.</li> </ul>
	<b>PERCURSO DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS</b>
Responsável pela coordenação do projecto; Responsáveis por operacionalizar o projecto (p.e. formadores, técnicos, ...);	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adequação do projecto aos objectivos da Tipologia.</li> <li>✓ Adequação das metodologias e instrumentos utilizados face aos objectivos da Tipologia.</li> <li>✓ Adequação dos mecanismos de divulgação e monitorização face aos objectivos do Projecto.</li> <li>✓ Estratégias de recrutamento e afectação de recursos (humanos e físicos) do Projecto.</li> <li>✓ Integração, no desenvolvimento de acções específicas, de estratégias de acompanhamento ou documentos que procuraram dar conta das suas actividades, resultados, etc.</li> <li>✓ Modelos de cooperação e interacção com o mercado de trabalho e as entidades empregadoras.</li> <li>✓ Métodos de <i>jobmatching</i> utilizados.</li> </ul>
	<b>PERFIL DE REALIZAÇÃO E RESULTADOS</b>
Responsável pela coordenação do projecto; Responsáveis por operacionalizar o projecto (p.e. formadores, técnicos, ...); Beneficiários finais	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Tipologia de resultados alcançados (desistências, Qualificações melhoradas, Competências adquiridas, (re)inserção no mercado de trabalho).</li> <li>✓ Análise dos Indicadores de realização e resultado e desvios observados face aos resultados previstos.</li> <li>✓ Evolução da situação dos beneficiários inquiridos (caracterização da situação de partida e situação após a formação), em relação a: Caracterização social, Trajectória escolar, Trajectória profissional e Caracterização económica</li> <li>✓ Outros efeitos da formação profissional observados (no território, nas organizações envolvidas,...)</li> </ul>
	<b>TRANSFERIBILIDADE</b>
Responsável pela concepção e apresentação da candidatura; Responsável pela coordenação do projecto;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apropriação, pelo projecto, de estratégias ou acções que contribuam para o <i>mainstreaming</i> das políticas de qualificação da população.</li> <li>✓ Sinergias e complementaridades entre projectos/medidas.</li> <li>✓ Factores de sucesso/ insucesso.</li> <li>✓ Aprendizagens para o futuro.</li> </ul>

## I.5. Síntese da informação recolhida nos estudos de caso

Apresenta-se seguidamente um resumo da informação recolhida no âmbito dos estudos de caso, que tem por objectivo fornecer elementos de contextualização dos estudos e apresentar aspectos centrais da pertinência, desenvolvimento e resultados dos projectos estudados. Por razões de preservação do anonimato das fontes, optou-se por não apresentar de forma sistematizada a apreciação crítica e sugestões de melhoria relativas aos mecanismos de operacionalização do Programa, sendo certo que esta informação foi usada como material de base para a análise e conclusões do presente Estudo.

### **Estudo de caso** *Projecto nº 000224/2008/112 – Educação e Formação/Ensino Profissional*

Tipologia de intervenção	Qualificação Inicial
Nome do Projecto	000224/2008/112 – Educação e Formação/Ensino Profissional Este projecto mereceu uma pontuação de candidatura de valor 52
Tipo de formação (Acções/Cursos/formandos, candidatos e abrangidos)	10 cursos profissionalizantes e 16 acções (2 acções de Cozinha (3.º ano); 1 acção de Restaurante/Bar (3.º ano); 1 acção de Turismo (3.º ano); 1 acção de Alojamento Hoteleiro (3.º ano); 2 acções de Cozinha/Pastelaria (2.º ano); 2 acções de Restaurante/Bar (2.º ano); 1 acção de Hotelaria e Turismo (2.º ano); 2 acções de Cozinha/Pastelaria (1.º ano); 2 acções de Restaurante/Bar (1.º ano); 2 acções de Hotelaria e Turismo (1.º ano))  Total de formandos abrangidos: 281
Objectivos do Projecto	Promover formação de dupla-certificação para jovens no sector da hotelaria e turismo.
Entidade beneficiária	 Escola Profissional de Hotelaria e Turismo
Local	São Martinho – Funchal
Responsável pelo Projecto:	Dra. Maria Tomásia Alves

Entidades parceiras	Estabelecem parcerias com empresas no âmbito da formação em contexto de trabalho e com outras Escolas Profissionais com vista a fomentar o intercâmbio de alunos.
---------------------	---

#### **PERFIL DA ORGANIZAÇÃO**

A Escola tem experiência acumulada de acesso ao FSE, desde que existe o Fundo. Têm projectos nas tipologias 1.1 - Qualificação inicial (1.1.4. cursos de especialização tecnológica e 1.1.2. cursos profissionalizantes) e 1.2 - Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida (1.2.6. RVCC). Poderão ainda vir a candidatar-se à tipologia relativa à formação de adultos. A escola tem muita procura para certificação de competências adquiridas em formações passadas apoiadas pelo FSE, sendo a única entidade da Madeira responsável pela certificação da formação em hotelaria e turismo.

Apresenta uma experiência de mais de 30 anos de ensino na área do Turismo e evidencia-se pela existência de uma unidade hoteleira que, estando aberta ao público, cumpre a valência de espaço privilegiado de formação. Este é um factor de distinção da qualidade da oferta promovida porque permite que os formandos estejam em contacto com clientes reais, durante a formação.

O modelo de formação adoptado segue os pressupostos do modelo de formação-acção, entendido como uma garantia para a qualidade da formação. Noutros países europeus, há modelos semelhantes, em que o Hotel é explorado por uma Escola, porém, este é um modelo integrado e único em Portugal: a Escola e o Hotel são uma só estrutura, e o segredo do sucesso é a boa articulação entre a gestão da unidade hoteleira e a gestão pedagógica dos cursos. A experiência e prestígio da qualidade da oferta formativa promovida pela Escola advêm, igualmente, da participação em cerimónias oficiais de grande visibilidade no território (p.e., promoveram jantar para os reis de Espanha e para o Presidente da República), com o intuito de desenvolver competências profissionais e relacionais que são uma mais-valia para a formação dos formandos.

Actualmente têm protocolos com nove escolas básicas, no âmbito dos quais são responsáveis por promover a componente de formação tecnológica e também nesse contexto procuram envolver os jovens nas experiências práticas desenvolvidas na escola, o que se reflecte no interesse e motivação dos mesmos para a oferta disponibilizada.

A Escola tem vindo a privilegiar a contratação dos formadores de forma a garantir a estabilidade da equipa formativa, pelo que actualmente o núcleo duro de pessoal técnico

pertence ao quadro da Escola, e o recurso a prestação de serviço situa-se nos 20%. Consideram que é importante manter uma margem de profissionais externos, mas que o suporte fundamental é um núcleo estável que garanta o funcionamento sustentável da estrutura da Escola. Simultaneamente, tentam que os formadores sejam ex-alunos da escola para manter a identidade da Escola.

A capacitação da Escola passa, igualmente, pelas sinergias estabelecidas através da participação num leque diversificado de modalidades formativas, dirigidas a públicos-alvo diferentes:

- existe uma complementaridade estratégica com os cursos de especialização tecnológica (este ano apresentaram candidatura a 2 cursos mas só foi possível avançar com um por motivos de falta de orçamento); os jovens que terminam o nível III podem progredir a sua formação e beneficiar de um protocolo entre a Escola e o ensino superior, para efeitos de continuidade de prosseguimento de estudos nesse nível de ensino.
- na Escola funciona um Centro Novas Oportunidades que promove RVCC Profissional na área de hotelaria/turismo;
- outra formação não auto-financiada (guias de montanha, guias turísticas...não financiada): não é duplamente certificada e por isso não é financiada; é formação inicial, para activos, mas traz problemas de financiamento por não ser certificada.

Com a abertura do Aeroporto deu-se um crescimento muito rápido e pouco regulado do n.º de camas disponíveis na Região, o que levou a que o mercado tenha absorvido profissionais sem qualificação: o CRVCC é uma via importante para regular essa situação, porque vem formar profissionais que já estão inseridos no sector de actividade mas não possuem qualificações adequadas.

#### **FUNDAMENTAÇÃO ESTRATÉGICA: PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DO PROJECTO**

A dinâmica do turismo na região é suficiente para justificar a abertura de acções de formação em áreas de operacionalidade do sector do turismo, como cozinha, restaurante e alojamento. O turismo é o sector económico mais importante para a Região, que emprega a maior proporção da população activa e continua a ser o sector privilegiado em matéria de criação de oportunidades de emprego na Região.

Os jovens ingressam com o 9.º ano e concluem com o 12.º e uma qualificação profissional de nível III. A opção por acções de formação que garantam a dupla-certificação é uma dimensão estratégica da oferta, como forma de elevar o nível de escolaridade e as qualificações profissionais dos jovens (porém, esta situação é



desmotivadora para alguns jovens que não reconhecem a importância da certificação escolar, para quem a componente sócio-cultural está desajustada aos seus interesses; outros jovens optam pelos cursos profissionalizantes apenas como meio para concluir o secundário e têm pouca motivação para a componente prática).

A pertinência do Projecto também se fundamenta nas colocações dos diplomados no mercado de trabalho (com taxas de empregabilidade a rondar os 100%) e nos contactos por parte das unidades hoteleiras para efeitos de acolhimento de jovens em formação em contexto de trabalho. Todos os alunos fazem estágios e as empresas podem candidatar-se para acolher jovens (anualmente): a receptividade das empresas é um indicador importante de informação sobre o mercado. No que respeita à absorção dos diplomados pelo mercado de trabalho, constata-se que o volume de formação (anualmente diplomam-se cerca de 20 alunos) tem sido suficiente para alimentar a procura do mercado, permitindo obter um equilíbrio entre procura e oferta.

#### **PERCURSO DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS**

A dimensão pedagógica da formação é regulada pelas Portarias de cada curso que regulamentam os conteúdos formativos, sem delimitarem a autonomia pedagógica das escolas. Na componente curricular, consideram que seria importante homogeneizar a oferta de formação inicial da área do turismo, já que os cursos tutelados pelo Turismo de Portugal e os cursos tutelados pelo Ministério da Educação (ANQ), apesar de conferirem o mesmo perfil de qualificação, têm estruturas curriculares diferentes. O Turismo de Portugal é a entidade de referência que permite ter currículos mais adequados ao sector, pelo que devia ser este o único organismo responsável pela concepção dos cursos.

A organização curricular da oferta tem acompanhado as exigências do mercado de trabalho, no sentido de melhor corresponder a um perfil de saída mais transversal. Há anos atrás a formação dava acesso a apenas uma saída profissional, hoje os cursos estão organizados por área (restaurante/bar, cozinha/pastelaria e alojamento), opção que vem responder às alterações sentidas no mercado de trabalho, que tende a valorizar perfis profissionais menos específicos e mais abrangentes.

Segundo a Direcção da Escola, a receptividade do mercado à oferta disponibilizada é muito positiva, registando-se elevadas taxas de inserção dos diplomados no mercado de trabalho. A maior parte dos jovens não chega a inscrever-se no Centro de Emprego porque o mercado angaria por si mesmo, sem ser necessária a intervenção do Instituto de Emprego. Esse facto leva a que a Escola não tenha necessidade de investir na articulação com o mercado de trabalho para além do que é exigido nas componentes de

formação prática, uma vez que a iniciativa de articulação da escola com o mercado parte muitas vezes dos próprios empregadores que contactam a escola para acolher estagiários ou para efeitos de recrutamento de jovens. A Escola articula-se com o Instituto de Emprego para fazer divulgação da oferta para efeitos de recrutamento. Tentam recrutar desempregados inscritos como profissionais de hotelaria para o CRVCC. No início de cada ano-lectivo seleccionam um grupo de professores que fica responsável pela divulgação da oferta da Escola.

Têm um sistema de aferição da qualidade da formação que inclui a realização de um inquérito aos formandos para avaliação da qualidade da formação e a monitorização da taxa de sucesso dos alunos nos exames de acesso ao ensino superior.

#### **PERFIL DE REALIZAÇÃO E RESULTADOS**

Indicadores de sucesso da formação:

- taxa de aprovação (inclui transição para anos intermédios e aprovados no último ano): 88,4%; taxa de abandono: 5,6%; taxa de retenção: 6,0%.

A taxa de aprovação é elevada mas há desistências, apesar do acompanhamento por parte dos tutores de turma. As turmas são heterogéneas, com idades que variam entre os 15 e os 25 anos e há alunos que exigem um acompanhamento mais próximo. Os cursos registam efeitos positivos ao nível da inserção dos jovens no mercado de trabalho, mas a qualidade dos empregos não está garantida: são cada vez mais raros os casos de emprego estável; a maioria dos jovens trabalha em regime de prestação de serviços. A rotatividade do emprego que caracteriza as trajectórias de inserção dos jovens dificulta o acompanhamento, por parte da Escola, da situação dos jovens após a conclusão da formação.

Para potenciar as relações entre formação e emprego, a Direcção da Escola considera que continua a ser preciso sensibilizar o mercado de trabalho para a importância da formação: o mercado não está sensibilizado para participar a formação dos jovens e dos activos, pelo que deveriam ser criados mecanismos que obriguem as empresas a investir na formação dos trabalhadores. O contrato colectivo de trabalho em vigor é um exemplo desta desvalorização, uma vez que não exige que o início na carreira aconteça com base na formação inicial, o que possibilita que tanto um jovem que abandonou a formação como outro que a tenha concluído, iniciem a mesma carreira.

A certificação será um meio para atrair para a formação, mas é preciso que o mercado a reconheça: têm feito alguma formação na qualidade e segurança e higiene alimentar mas

é um público difícil, caracterizado por uma forte rotatividade, com pouca disponibilidade para a formação.

A pouca valorização da formação por parte do mercado acarreta efeitos negativos, designadamente o abandono precoce do curso, motivado pela atracção a um mercado que ainda recruta pessoas não qualificadas.

Apresenta-se seguidamente o testemunho dos dois beneficiários entrevistados, que apesar de ainda não estarem inseridos no mercado de trabalho (encontram-se a frequentar o 2.º ano do curso), permitem destacar um conjunto de contributos da formação potenciadores da transição para o mercado de trabalho:

Beneficiário A	Beneficiário B
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <i>Qualificação obtida:</i> Obtenção de diploma do 12.º ano e certificação profissional em Cozinha.</li> <li>▪ <i>Aquisição de conhecimentos:</i> A componente sócio-cultural está adequada, reconhece a importância da aprendizagem de línguas estrangeiras.</li> <li>▪ <i>Desenvolvimento de competências profissionais:</i> Fez estágio num hotel na Alemanha, tendo sido destacado numa revista que publicou um artigo sobre a gastronomia madeirense, com base no trabalho desenvolvido durante o estágio. Durante o período de aulas e período de férias trabalha em part-time em restaurantes. Reconhece a qualidade da formação, considera que a escola tem recursos adequados e sente-se preparado para trabalhar.</li> <li>▪ <i>Desenvolvimento de Competências Sociais e Relacionais:</i> Reconhecem o valor do trabalho, "saber separar trabalho de brincadeira".</li> <li>▪ <i>Projectos futuros:</i> Quer prosseguir estudos para o ensino superior, na área de Cozinha ou Enfermagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <i>Qualificações obtidas:</i> Obtenção de diploma do 12.º ano e certificação profissional em Bar.</li> <li>▪ <i>Desenvolvimento de competências profissionais:</i> Estagiou na Madeira, no Hotel Porto Mare (4 estrelas). Durante o período de aulas e período de férias trabalha em part-time em bares e cruzeiros. Foi representante da Madeira num concurso da Associação de Escolas Profissionais de Turismo da Europa, na modalidade de Bar.</li> <li>▪ <i>Desenvolvimento de Competências Sociais e Relacionais:</i> Ganhou o EuroEscola e foi a Estrasburgo. O formando reconhece a importância da discussão de temas da actualidade para a formação cívica.</li> <li>▪ <i>Projectos futuros:</i> Quer continuar a investir na área de Bar, fazer uma especialização nessa área para trabalhar num cruzeiro. Tem interesse em abrir um Bar que disponibilize formação para <i>bartenders</i>.</li> </ul>


Os desvios relativamente aos resultados esperados prendem-se, sobretudo, com casos de desistência de alunos, os quais ocorrem, na sua maioria, ao longo do primeiro de três anos de formação. Parte da população que procura os cursos promovidos pela Escola apresenta algumas carências a nível económico e, simultaneamente, a frequência dos cursos acarreta alguns encargos para as famílias, porque o tipo de horários que têm que

cumprir obriga a que estejam muito tempo afastados da sua residência. As restrições ao nível do financiamento de despesas com transporte, alojamento e aquisição de fardas representam dificuldades de financiamento do custo da formação para os alunos que a Escola não consegue superar por via de financiamento próprio (alguns alunos estão em regime de internato na Escola mas a capacidade existente é insuficiente face às necessidades).

De facto, os beneficiários entrevistados reafirmam a situação de desfavorecimento em que se encontram os jovens que residem muito longe da Escola, porque o sistema de transportes públicos da Região é ainda muito limitado e obriga a grandes perdas de tempo em deslocações e dificuldades de conciliação com os horários da formação, nomeadamente durante o período de formação em contexto de trabalho, em que asseguram turnos da noite e trabalho ao fim-de-semana. Esta falta de financiamento é compensada por bolsas atribuídas da Fundação Berardo, sendo essa situação gerida pela escola (valor em função do rendimento escolar), ainda que os valores das bolsas sejam pouco elevados e não são suficientes para abranger todos os alunos. Perante este contexto, consideram que os estágios deviam ser pagos, por um lado, para colmatar estas dificuldades e, por outro, porque as actividades que desempenham nesse período são equivalentes às de qualquer trabalhador.

***Estudo de caso Projecto nº 000212/2008/121 1.2 - Adaptabilidade e aprendizagem ao Longo da Vida***

Tipologia de intervenção	Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida
Nome do Projecto	000212/2008/121 1.2 - Adaptabilidade e aprendizagem ao Longo da Vida. Este projecto mereceu uma pontuação de candidatura de valor 63.
Tipo de formação (Acções/Cursos/formandos, candidatos e abrangidos)	Tipologia 1.2.1.1 – Cursos de Qualificação/ Reversão/ Aperfeiçoamento e Especialização para Activos iniciados em 22 de Setembro de 2008 e concluídos em 28 de Maio de 2009, no âmbito do projecto 212/2008/121 Cursos de Qualificação / Reversão /Aperfeiçoamento e Especialização para Activos.  2 Acções em Logística; cursos certificados de informática Curso Microsoft, curso “Ciclo de Logística para PME’s”

Objectivos do Projecto	Aumentar os conhecimentos dos formandos em áreas específicas relevantes para a sua vida profissional potenciando as capacidades das PME's para melhorarem o seu desempenho no mercado, contemplando duas áreas distintas: Informática e Logística.
Entidade beneficiária	 <p>PROINOV- Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia, Lda. Entidade criada em 2005, nasceu associada a projectos de inovação: e-learning. Ligado a dois vectores: informática e tecnologia, na sequência da atribuição do Premio madeira Inovação Empresarial, promovido pelo Centro de Empresas e Inovação da Madeira. A sua criação teve por base a dinamização de actividades ligadas à tecnologia, nomeadamente, a formação em e-learning e Multimédia.</p> <p>A entidade encontra-se actualmente em fase de crescimento, actuam em diversas áreas de formação (comportamental, tecnológica, pedagógica, social, ...) e abrangem públicos distintos (jovens, activos empregados e desempregados).</p>
Local	Funchal
Responsável pelo Projecto	Dr. Paulo Belo
Entidades parceiras	Estava prevista a parceria com a empresa RUMOS-Informática Profissional, a qual assumira o papel de entidade formadora nos cursos Microsoft, mas esta parceria não se concretizou.

#### PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

É uma Entidade formadora privada, acreditada em todos os domínios, com 11 técnicos. Não obstante a natureza recente da entidade, os directores da PROINOV possuem uma vasta experiência em gestão de projectos co-financiados, como promotores ou parceiros, desde o primeiro Quadro Comunitário, nomeadamente em PO e PIC (caso do PIC EQUAL). Esta experiência é ainda sustentada no recurso à dinamização de parcerias e consultoria externa para colmatar os défices de competências internas que possuem. Embora o *core* da sua actividade passe, sobretudo, por projectos financiados, a experiência na condução de intervenções formativas é demonstrada através de outros projectos como o apoio a empresas e outras entidades, como consultora para apoio a

projectos de formação. Por outro lado, a PROINOV tem participado em vários projectos transnacionais apoiados pela União Europeia, nomeadamente o projecto MadeirAdapt (financiado pelo EQUAL) onde é o parceiro responsável pelas componentes tecnológicas (website, fórum, mailing list, LMS) e criação de cursos de e-learning. Embora a PROINOV não tenha sido anteriormente promotora de acções de formação financiadas pelo POPRAM, esteve envolvida em projectos como entidade formadoras e consultora, onde elaborou a organização da formação de diversas entidades regionais, como o Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo e Alimentação, Serviços e Similares da Região Autónoma da Madeira e da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP).

A vocação tecnológica é um dos principais *inputs* para a organização das candidaturas, valorizando o *e-learning*, pelo que são reconhecidos pela qualidade da formação (cf. testemunhos no site da entidade). Na opinião dos seus dirigentes, o seu principal activo reside nas competências dos seus colaboradores, nomeadamente nas áreas de gestão, informática, multimédia e pedagogia, o que permite actuar com qualidade nas suas áreas de actividade: formação (entidade acreditada pela Direcção Regional de Formação Profissional para a formação presencial e à distância), criação de conteúdos e-learning e de jogos didácticos e informática e multimédia.

#### **FUNDAMENTAÇÃO ESTRATÉGICA: PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA DO PROJECTO**

O projecto analisado é referente à formação de activos no quadro da tipologia “Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida” incidiu sobre uma necessidade fundamental no contexto empresarial da RAM: a área da Logística. No momento de organização da candidatura, a PROINOV procurou criar um projecto coerente e sustentada no estudo prospectivo de perfis profissionais disponibilizado ela DRQP em 2007. Neste particular, a própria Gestão (DRQP) valoriza que as candidaturas se apoiem em estudos prospectivos. O projecto de formação de activos resulta, ainda, de um conjunto de contactos e parcerias com empresas com necessidades de formação sentidas nas áreas da logística e dos cursos certificados Microsoft, o que também está alinhado com o Estudo dos Perfis.

A formação em logística, numa região insular com as características da RAM, revela uma importância acrescida, quer pela sua necessidade operacional onde constitui igualmente uma área de formação nova e inovadora, quer pela ausência de oferta formativa associada. De facto, pretendem-se cada vez mais PME com uma adequada gestão de stocks e uma logística eficiente, constituindo este um aspecto decisivo para a competitividade das empresas. A experiência profissional anterior da formadora principal (e colaboradora na concepção do Projecto) deu-lhe o conhecimento de que a área da

logística exigia formação – as empresas da Madeira têm particulares necessidades porque o ciclo logístico caracteriza-se pela inter-departmentalização e pode criar-se formação à medida para a empresa. Os profissionais que actuam nesta área revelam experiência mas foram-se adaptando às mudanças do mercado de forma pouco “formativa”.

Perfil dos beneficiários com base em testemunhos dos dois beneficiários entrevistados:

Beneficiário A	Beneficiário B
<p>A primeira acção do curso de logística foi frequentada por um grupo heterogéneo, constituído por dirigentes e pessoal operacional de empresas da região, de sectores de actividade diversificados (transportes, hotelaria, comércio, entre outros). O entrevistado era Director da filial madeirense de uma empresa multinacional de logística e transportes. A mesma acção foi frequentada pelo Director e por um colaborador.</p> <p>O entrevistado faz uma apreciação bastante positiva da qualidade da acção o que levou a encaminhar outros dois colaboradores para a 2ª acção do curso. Foi a primeira vez que frequentou formação promovida pela PROINOV e teve conhecimento da formação porque foi contactado pela própria entidade formadora. Desde essa altura, responde a solicitações da PROINOV para o preenchimento de questionários de identificação de necessidades de formação.</p>	<p>A iniciativa partiu do formando, são uma empresa no ramo da construção civil (sub-empregueiros) que iniciaram há 4 anos o processo de certificação da qualidade e também no sector da Logística-novo segmento de competências na empresa criado há 2 anos.</p> <p>Sempre que há formação na área da logística não perde a oportunidade porque há muito pouca oferta. Na altura tinha interesse em que mais colaboradores participassem. É autodidacta, tem interesse individual na área de formação. A divulgação foi sinalizada num jornal nacional e os esclarecimentos revelaram-se eficazes quanto ao programa e metodologias formativas. “A formação na área da logística, nomeadamente na RAM e de nível superior (...) há muita gente interessada e constitui uma janela de oportunidade de negócio para entidades operadoras”.</p>

#### PERCURSO DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJECTOS

Quando a PROINOV iniciou a divulgação do projecto, obteve de imediato uma receptividade muito positiva. A média de idades dos formandos para as 2 acções foi de 31 anos, o que revela que são, tendencialmente, os profissionais mais jovens a procurar e a atribuir importância à aquisição de formação. Este é um sinal de que os jovens assumem um papel na redefinição da função de formação junto das respectivas entidades de enquadramento profissional - “os beneficiários não tinham qualquer experiência, nem ferramentas científicas de gestão de compras e stocks, não tinham uma visão do ciclo genérico da logística nas respectivas estruturas interdepartamentais”.

No campo das metodologias mobilizadas, podem ser identificadas algumas aprendizagens para o futuro. Com efeito, o reforço de métodos activos baseados na introdução da ferramenta de internet disponibilizada constituiu uma boa prática de formação que

substituiu os processos tradicionais baseados em poli copiados. Nesta lógica, a dinamização de sessões activas na óptica da participação dos formandos e a valorização das estratégias comportamentais, privilegiando o método activo face ao método expositivo/dialogado faz com que “a dinâmica e execução tenha constituído um elemento de sucesso”, refere a formadora responsável. Do ponto de vista das práticas de inovação tecnológica, recorreu-se à utilização da plataforma de e-Learning Moodle como ferramenta de trabalho, o que se considera uma inovação, na medida em que, simultaneamente, se dinamizou o projecto formativo, apresentando aos formandos uma nova forma de comunicação.

Regista-se, igualmente, a importante participação de peritos activos, constituindo este um momento muito interessante no projecto.

Numa perspectiva de sistematização dos factores de sucesso do projecto, destacam-se os seguintes:

- Qualidade dos recursos humanos e o seu envolvimento directo no dia-a-dia dos projectos (as pessoas são vantagens das organizações);
- Inovação tecnológica: Recurso a plataformas para troca de informação entre a equipa formativa e criação de ferramentas electrónicas de gestão interna (têm um Eng.º Informático e uma pessoa afectos exclusivamente ao projecto para desenvolver produtos tecnológicos);
- Modelos inovadores no uso de e-learning;
- Conhecimento próximo do mercado que advém de sinergias entre projectos (ligação com empresas no âmbito de formação-consultoria);
- Desenvolvimento do *GestForm*: ferramenta de gestão da formação desenvolvida pela própria PROINOV;
- Boa relação com a DRQP.

Já no domínio de acompanhamento do Projecto, realçam-se, igualmente, alguns elementos de qualidade do projecto. O acompanhamento da formação foi realizado a dois níveis:

- Acompanhamento da coordenação pedagógica que estabeleceu alguns contactos directos com o intuito de aferir da qualidade da formação e do grau de satisfação dos formandos através da aplicação de questionários de avaliação da formação;



- Avaliação formativa da formação tendo em conta aspectos relacionados com a pontualidade, assiduidade, responsabilidade, participação, relações interpessoais, trabalho em equipa e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Um outro dado importante no domínio da qualidade do projecto reside nas sinergias e complementaridades potenciadas entre projectos/medidas, aspecto que a PROINOV tenta rentabilizar ao máximo.

No que respeita a mecanismos de acompanhamento pós-formação, a PROINOV aplicou um questionário a todos os participantes em acções de formação realizadas no sentido de avaliar a sua eficácia, pertinência e principais factores de mudança. Em especial pretendeu-se saber da sua efectividade em termos do impacto nas carreiras profissionais de quem as frequenta.

#### **PERFIL DE REALIZAÇÃO E RESULTADOS**

No que diz respeito à área de Logística, o curso "Ciclo de Logística para PME's", devido à sua estruturação em horário laboral e carga horária total (225 horas), desencorajou os potenciais participantes, cujos obstáculos para a inscrição se prendiam com horários por turnos e número muito limitado de trabalhadores por empresa com as características necessárias para a frequência desta formação. Por outro lado, o curso de "Formação em Logística" foi bem acolhido e a procura excedeu as expectativas iniciais. O horário pós-laboral foi condição fundamental para garantir a adesão dos formandos. Foram realizadas as duas acções previstas em candidatura para o curso de Logística e obtiveram-se os seguintes dados de execução:

Nº de Activos Envolvidos	Volume Horas de Formação:
Previsto: 28/ Realizado: 30	Previsto: 2800/ Realizado: 2466,5

Finalmente, não se prevê a realização de seminários/workshops, conforme definido em candidatura, pois apenas se realizaram 2 acções, número considerado insuficiente para uma sessão de trabalho desta natureza.

Os testemunhos de alguns formandos recolhidos no âmbito do Estudo de Caso, são indicador de aplicação imediata de situações adquiridas na formação nos contextos profissionais e de outros *outcomes* deste projecto.

Beneficiário A	Beneficiário B
<p>O beneficiário reconhece um conjunto de efeitos da formação ao nível do desenvolvimento de conhecimentos e competências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- técnicas: relacionadas com a aprendizagem de conteúdos específicos do ramo da logística (“falar a mesma língua que os clientes”) e de troca de experiências sobre a resolução promovida pelo contacto com outros profissionais do ramo;</li> <li>- sociais e relacionais: promovidas pelo convívio entre formandos e entre formandos e formadores, com efeitos na valorização da formação como factor de desenvolvimento profissional e pessoal (“criou maior sensibilidade para o negócio”) e no desenvolvimento de competências de trabalho em equipa;</li> </ul> <p>A empresa procura cumprir o requisito de 30h anuais de formação, previsto no contrato de formação dos trabalhadores. Têm um Departamento de Formação que organiza um plano de formação interno, o qual é complementado com formação realizada externamente, como foi o caso da formação promovida pelo PROINOV.</p> <p>O entrevistado reconhece que a frequência da formação por parte dos colaboradores da empresa produziu impactos na organização, na medida em que sensibilizou os trabalhadores para aspectos processuais que podem evitar perdas da própria actividade e que tendencialmente eram pouco valorizados</p> <p>A formação em logística é apontada como uma área em que se deve apostar em matéria de formação, dado ser uma área transversal a vários sectores de actividade.</p>	<p>O beneficiário identifica impactos directos ao nível do conhecimento – apesar de a formação ser muito abrangente e abordar alguns temas de forma mais generalizada, a metodologia desenvolvida baseada no desenvolvimento interactivo de discussão de casos práticos permitiu a partilha de informações e experiências, induzindo, quer efeitos pessoais e relacionais, quer organizacionais.</p> <p>De facto, no contexto da transferência formação-organização, este desenvolveu um método de sistema de inventário, que lhe permitiu actualmente <i>inputs</i> organizacionais que se revelam compensadores em termos de tempo.</p> <p>O beneficiário considera ainda que a formação foi muito importante ao nível do estabelecimento de contactos pessoais com outros pares dotados de experiências específicas e abordagens/soluções para problemas semelhantes.</p> <p>Ao nível organizacional: ouvir falar sobre outro tipo de filosofias de gestão logística japonesas tem impacto porque incide em dimensões organizacionais que podem ser melhoradas. Ao nível logístico é o único responsável pela componente logística e tem aplicado os conhecimentos adquiridos - “Há empresas com abordagens muito tradicionais e que não estão preparadas para a operacionalização directa dos conteúdos da formação, mas a formação também visava a sensibilidade para a necessidade de alterar práticas.”</p> <p>Este beneficiário refere que é importante que outros colaboradores frequentem formações futuras da Logística, não obstante, a crise que motiva algum desinvestimento das empresas em apostas de formação e desenvolvimento de processos de qualidade.</p>

## **I.6. Síntese da informação recolhida nas entrevistas**

Neste ponto é apresentada a síntese da informação recolhida junto dos beneficiários do Programa através de entrevista. As entrevistas realizaram-se na fase inicial do Estudo e tinham por objecto uma recolha de informação preliminar e exploratória das principais dimensões do exercício de avaliação. Foram entrevistados os seguintes beneficiários: União das IPSS da Madeira, Hotel Alto Lido, Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira, DTIM, Associação Regional para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação na Madeira e PROINOV, Consultoria em Gestão, Formação e Multimédia.

Por razões de preservação do anonimato das fontes optou-se por incluir informação genérica e não referenciada aos beneficiários entrevistados, mas ainda assim foi necessário excluir determinados níveis de informação dada a facilidade de a relacionar com os beneficiários.

A apresentação da informação organiza-se através das questões de avaliação.

*Q. 1 – As mudanças institucionais, orgânicas e do modelo de gestão, adoptadas face ao anterior período de programação revelam-se operacionais e propiciadoras de melhorias de eficácia e eficiência?*

*Beneficiário 1:* A gestão do EP I por parte da DRQP faz todo o sentido porque são especializados na temática da formação.

*Beneficiário 2:* A DRQP como OI justifica-se dada a sua maior especialização em termos de formação profissional.

*Q. 2 - As soluções adoptadas para operacionalizar a gestão e desenvolvimento do Programa revelam-se adequadas às necessidades resultantes da concretização dos objectivos e das metas estabelecidos?*

*Beneficiário 1:* O SIIFSE é muito intuitivo, a informação é directamente integrada no SIIFSE. O próprio processo formativo exige a produção de documentos que servem para registar e avaliar as acções de formação. A DRQP fez formação sobre o processo de submissão electrónica de candidatura.

*Beneficiário 2:* O SIIFSE está mais amigável e muito operacional. O sistema de informação está a melhorar, mas os procedimentos e a carga burocrática têm aumentado. A carga burocrática é tal que acham que não se justifica o apoio para cursos

de curta duração e principalmente a promotores privados. A instrução da candidatura é muito pesada, mas a submissão segundo formulário electrónico não é problemática.

*Beneficiário 3:* Houve alguns problemas iniciais na submissão das candidaturas, devido à falta de testes do SIIFSE. Em tipologias mais específicas existe uma desadequação dos campos à realidade das tipologias.

*Beneficiário 4:* O SIIFSE é muito intuitivo e o processo de submissão de candidaturas é fácil, por outro lado permite ter a qualquer momento uma perspectiva geral do projecto, o que nos outros QCA não era possível.

*Q. 3 - Os recursos accionados para a operacionalização do Programa são adequados e suficientes? Seria possível obter níveis de realização mais satisfatórios com os mesmos recursos? (reduzir tempos de decisão, alargar os públicos da divulgação, etc.)*

*Beneficiário 1:* A disponibilidade da DRQP é grande e o apoio prestado é bom; quando pedem saldos intermédios para reembolso a DRQP solicita esclarecimentos e documentação que lhe é enviada, portanto não registam qualquer problema. Sugerem visitas mais regulares, por parte da gestão, durante a execução dos projectos para que não haja problemas aquando do pedido do saldo final. Desta forma, será possível corrigir valores e procedimentos ao longo do tempo.

*Beneficiário 2:* As auditorias são administrativas e financeiras; consideram necessários outros instrumentos de acompanhamento para além das verificações administrativas e financeiras. Não existe avaliação, por parte da DRQP, da formação dada.

*Beneficiário 3:* O esclarecimento de dúvidas junto da equipa técnica é regra geral muito rápido e a equipa é muito disponível: Ainda não houve nenhuma visita de acompanhamento desde que iniciaram os projectos do RUMOS. Pelo facto de existir uma grande alteração de regras deveria de haver mais visitas de acompanhamento no sentido construtivo; a promoção de reuniões colectivas com os promotores de projectos, com o intuito de promover a partilha de experiências, podia ser uma oportunidade interessante de melhoria das intervenções e que como tal deveria ser contemplada

*Beneficiário 4:* Recentemente a DRQP colocou um horário de atendimento telefónico mais restrito, o que se considera positivo por fazer com que os promotores agreguem e reflectam sobre as questões, o que acaba por disciplinar a comunicação. De uma maneira geral a equipa da DRQP é muito competente para a função de acompanhamento. Já houve uma visita de acompanhamento mas referente à componente financeira. No

entanto, considera as visitas importantes uma vez que originam sempre pistas para melhoria.

*Q. 4 - A regulamentação específica das tipologias de intervenção do Programa é adequada e eficaz face aos objectivos de desempenho previamente estabelecidos?*

*Beneficiário 3:* O crescimento de licenciados em situação de desemprego (nomeadamente da reconversão de desempregados) gerou uma nova área de intervenção que não está contemplada no RUMOS; algumas tipologias podem estar desadequadas financeiramente face ao volume de trabalho implícito ao desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Os regulamentos são mais claros que no período anterior mas os critérios de selecção só se tornaram claros depois da primeira fase de candidaturas. Só após o primeiro contacto com os critérios é que foi possível compreender quais os aspectos mais valorizados.

*Beneficiário 4:* Situação de cancelamento de um curso que tinha sido aprovado porque o regulamento impõe um público-alvo que é pouco representativo na Região e por isso não foi alcançada a procura suficiente. Necessidade de adequação da legislação. Abandono de um projecto aprovado porque os atrasos nos pagamentos existentes obrigaram a definir prioridades e debilitaram a estrutura financeira da organização. Utilização dos critérios de selecção explanados no regulamento como orientadores da elaboração das candidaturas. Sobrevalorização da participação da entidade em projectos transnacionais e esse aspecto não faz sentido para todas as tipologias, podendo ser desvalorizados projectos muito importantes para a Região. Os critérios de selecção são claros e são utilizados na elaboração das candidaturas

*Q. 6 - Os manuais de procedimentos para utilizadores e os formulários têm-se mostrado simples e com grau de exigência em consonância com a dimensão dos projectos? A informação recolhida a partir dos formulários é útil e suficiente para a análise das candidaturas apresentadas?*

*Beneficiário 3:* O SIIFSE não recolhe informação sobre conteúdos, processos e resultados dos cursos, o que indicia que a qualidade da intervenção não é suficientemente valorizada na apreciação da candidatura. No caso da formação à distância existe desadequação dos formulários à tipologia de intervenção. Faria todo o sentido que fossem integrados requisitos associados a garantias de qualidade do processo e dos resultados

*Beneficiário 4:* Os instrumentos de suporte à preparação da candidatura deveriam ser mais e estar disponibilizados, tal como acontece, por exemplo, com o diagnóstico de necessidades de formação da Região. Consideram os formulários adequados

*Q. 7 - O modelo de lançamento do Programa (divulgação e faseamento de abertura de candidaturas) tem-se revelado adequado face às exigências de dinâmica de execução das diversas tipologias de intervenção?*

*Beneficiário 2:* Os períodos de candidatura exigem um planeamento anterior e que por vezes é difícil de prever, mas como cada vez mais as candidaturas são intenções e podem sofrer reformulações após submissão, o período de apresentação de candidaturas acaba por se adequar sem problemas.

*Beneficiário 3:* A sessão de esclarecimento sobre o SIIFSE forma positivas mas em alguns domínios insuficientemente esclarecedoras para apreender as mudanças de sistema; sugere a disponibilização de informação através do site e o uso de alertas para os utilizadores em *mailing list* a avisar das novidades (p.e. aberturas de concurso, mudança de legislação). O calendário da formação inicial (CEF) apresenta alguns problemas de adequação – candidaturas em Maio e o parecer comunicado em Setembro; Seria bom que o ano de formação alternativa ao sistema regular de ensino tivesse correspondência com o ano lectivo para que não se coloquem problemas de recrutamento de formandos.

*Beneficiário 4:* Os promotores sabem de antemão quando vão abrir os períodos de candidatura, o que facilita a organização e planeamento da oferta de formação.

*Q. 9 - As dinâmicas de procura dos promotores e a qualidade das candidaturas apresentadas para apoio nas diversas tipologias de intervenção correspondem ao perfil esperado e às dimensões-chave incentivados pelos critérios de selecção dos Eixos Prioritários do Programa?*

*Beneficiário 3:* Os constrangimentos associados aos reembolsos nos diversos projectos poderão vir a estar na origem do abandono de determinados projectos, sobretudo os que requerem pagamento de montantes elevados e implicam o reforço do recurso a outras fontes de financiamento (bancárias).

*Beneficiário 4:* Os atrasos nos pagamentos estão a forçar as entidades a serem selectivas, o que levou esta entidade a abandonar determinados projectos. A disponibilidade dos formadores para darem formação de activos no Verão é reduzida, uma vez que são maioritariamente professores do ensino regular. Necessidade de desconcentrar a actividade. Existem baixos níveis de articulação da oferta formativa, o

que poderia ser melhorado, nomeadamente através da articulação entre os diversos organismos.

*Beneficiário 5:* A formação que está a ser realizada está numa fase inicial e não tem apresentado problemas particulares, embora estejam a ponderar a desconcertação dos cursos. O atraso nos pagamentos dos reembolsos é um aspecto ao qual têm de estar muito atentos.

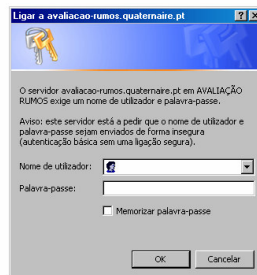
*Q. 13 - O perfil e dimensão dos projectos aprovados garantem a concretização das metas estabelecidas pelos Eixos Prioritários do Programa?*

*Beneficiário 1:* A formação para activos contém vários cursos que procuram responder às necessidades de formação. Já realizaram um número significativo de acções de formação e consideram que correu tudo muito bem – a assiduidade e a participação já excederam as expectativas. Existe alguma alteração no ritmo previsto de execução do projecto porque a formação deveria ter iniciado em Junho/Julho e isso só aconteceu em Outubro/Novembro devido aos atrasos na aprovação. A candidatura integra formação até 2010.

*Beneficiário 4:* Verifica-se um número muito significativo de indivíduos envolvidos nas actividades, em parte pela opção de desconcentração das actividades para zonas que não estavam cobertas; consideram que estão a contribuir de forma decisiva para as metas definidas. Mas em termos gerais avaliam a oferta formativa como pouco diversificada e com dificuldade em responder às necessidades efectivas das empresas; em alguns casos, a formação funciona na região de acordo com o calendário lectivo, aspecto que se deve ao facto de uma parte significativa dos formadores serem professores do ensino regular.

## **I.7. Plataforma Web**

Esta plataforma tem como vocação principal a organização e a disponibilização permanente da informação de suporte à realização do Estudo e a disponibilização dos produtos do estudo de avaliação.



A constituição de uma área de trabalho comum especificamente organizada para o Estudo tem permitido amenizar a distância geográfica, bem como melhorar os níveis de segurança de partilha dos documentos. Este método está em consonância com as actuais metodologias de trabalho da Quatenaire Portugal, e em particular com o princípio de organização do projecto interno da sociedade de constituição do *Centro de Recursos de Avaliação* que se organiza e suporta numa plataforma web.



## **II. Anexo de fundamentação das questões de avaliação**

### **II.1. Questões de avaliação do modelo de governação, organização, gestão e acompanhamento**

#### **II.1.1. Elementos complementares da questão 1 – modelo de gestão**

Q1: As mudanças institucionais, orgânicas e de modelo de gestão, adoptadas face ao anterior período de programação (associadas, por exemplo, à delegação de competências da Autoridade de Gestão nos Organismos Intermédios) revelam-se operacionais e propiciadoras de melhorias de eficácia e eficiência?

O modelo de governação do Programa Rumos corresponde a uma solução específica de organização e funcionamento institucional, para assegurar com qualidade e eficácia a gestão, acompanhamento e controlo das intervenções no âmbito do Programa.

Este modelo de governação embora acomode orientações vinculativas comunitárias e nacionais, integra algumas opções específicas da Região, nomeadamente ao nível da delegação de competências de gestão.

O modelo de funcionamento surge como uma adaptação às novas orientações em termos da Programação dos Fundos para o período 2007-2013, nomeadamente às regras que determinam a realização da Programação e da gestão financeira apenas ao nível dos Programas e dos respectivos Eixos Prioritários, que passaram a ser mono fundo e mono-objectivo, eliminando a anterior exigência de Programação financeira por Medida nos PO do QCA. Como consequência directa destas orientações resultou a Programação do Programa Rumos com financiamento comunitário exclusivo do FSE e com volumes financeiros Programados apenas ao nível dos eixos prioritários de intervenção. Por outro lado, face à diferenciação das regiões perante o financiamento comunitário, a Madeira integra o regime transitório do objectivo Competitividade Regional e Emprego, designado Phasing-in.

Segundo orientações nacionais o modelo de governação do RUMOS deverá respeitar os seguintes princípios orientadores:

- de consistência política, no sentido das operações apoiadas assegurarem a concretização das prioridades e orientações governamentais e a operacionalização da estratégia de desenvolvimento geral adoptada pelo QREN;
- de eficácia e profissionalização, na concretização das competências atribuídas aos diversos órgãos envolvidos na gestão;
- de simplificação dos processos e procedimentos, especialmente entre os órgãos de gestão e os beneficiários (potenciais ou reais) das operações apoiadas;
- de proporcionalidade, no sentido de que, respeitando as normas aplicáveis, as exigências definidas sejam moduladas face à dimensão dos apoios financeiros concedidos.

Atendendo às orientações nacionais e comunitárias, transversais e específicas do FSE e da sua governação, a Autoridade de Gestão do Programa Rumos, integrou no modelo de governação os seguintes órgãos:

- Comissão Governamental de Orientação dos PO da RAM - órgão de orientação política e estratégia dos PO da RAM, que funciona no âmbito do Conselho do Governo da RAM;
- Secretaria Regional do Plano e das Finanças (SRPF) - responsável pela gestão global dos Fundos Comunitários na RAM e respectiva coordenação estratégica e operacional. A decisão de homologação de candidaturas aprovadas no âmbito do EP I é tomada conjuntamente pelas SRPF e SREC e no âmbito do EP II pelas SRPF e SRRH. O Secretário Regional do Plano e Finanças é o representante da RAM na Comissão Ministerial de Coordenação do QREN;
- Autoridade de Gestão (AG- IDR), que deve assegurar o exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários, receber a orientação política do órgão de direcção política e prestar as informações relevantes e pertinentes sobre a execução do Programa, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN, bem como aos órgãos de auditoria e controlo e de certificação;
- Autoridade Nacional de Certificação do FSE (IGFSE), responsável pela coordenação técnica da aplicação do Fundo, bem como pela sua monitorização operacional e financeira;

- Autoridade de Auditoria (IGF) - responsável por assegurar que os SGC estão em conformidade com a regulamentação comunitária e funcionam eficazmente, bem como prevenir e detectar irregularidades;
- Comissão de Acompanhamento (CA), responsável pelo exercício de competências acompanhamento da implementação e execução do Programa, assegurando a participação dos municípios, parceiros económicos, sociais e institucionais pertinentes (CA comum ao Programa Rumos e ao Programa Intervir+);

Desta forma, o modelo de governação do Programa Rumos compreende órgãos de orientação política e estratégica, de gestão e de acompanhamento.

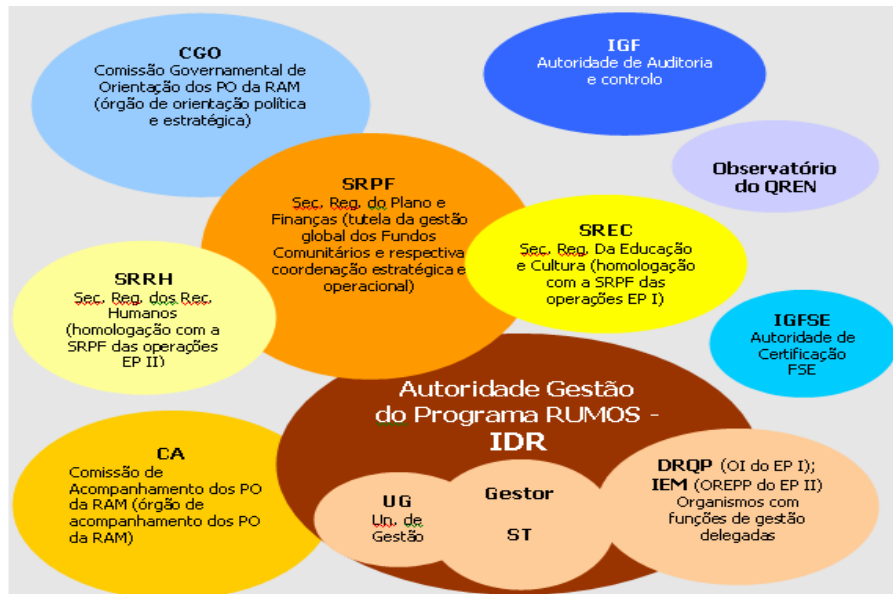
O governo regional da Madeira definiu a composição e as competências dos órgãos do Programa Rumos, assegurou a participação adequada dos municípios e dos parceiros sociais e designou os respectivos representantes na Comissão Ministerial de Coordenação do QREN.

Em termos de articulação inter institucional justifica-se ainda considerar no modelo de funcionamento do Programa Rumos a ligação ao Observatório do QREN, enquanto órgão nacional responsável pela coordenação e monitorização estratégica do QREN e dos PO. Este órgão com competências na prossecução das prioridades do QREN procura assegurar a coerência da implementação dos PO. Neste sentido, a Gestão do RUMOS assume um conjunto de obrigações, nomeadamente ao nível da disponibilização de informação sobre a implementação e execução do Programa.

Neste modelo a Autoridade de Gestão responde perante o governo regional e reporta aos órgãos políticos e técnicos de governação global do QREN.

O esquema seguinte procura apresentar de forma sintética os órgãos de governação do RUMOS.

## Órgãos de Governação do Programa Rumos



Considerando este modelo, que por um lado assegura, a representação dos órgãos de governação do Programa Rumos nos órgãos de orientação política e técnica do QREN e, por outro, a existência de órgãos de coordenação (política, estratégica e operacional) e de acompanhamento comuns aos PO da RAM (Programa Rumos e Programa Intervir+), o Programa dispõe da rede institucional necessária à gestão estratégica integrada e coerente, quer ao nível da aplicação dos FC na Região, quer do seu alinhamento com objectivos e prioridades estratégicas nacionais do QREN.

Em termos do modelo de governação do Programa Rumos, a Autoridade de Gestão, o Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), associou à gestão e acompanhamento do Programa a Direcção Regional de Qualificação Profissional (DRQP), no âmbito do EP I e enquanto Organismo Intermédio (OI), e o Instituto de Emprego da Madeira (IEM, inicialmente, IRE), enquanto Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (BREPP) e Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP<sup>1</sup>) no âmbito do EP II e de acordo com as sub tipologias definidas. Segundo o Regulamento

<sup>1</sup> Enquanto OREPP, o IEM gere as intervenções ao nível das sub tipologias: 2.1.1.1. estágios profissionais; 2.2.1.1. apoios à contratação; 2.2.1.2. incentivos à contratação; 2.2.4.1. iniciativas locais de emprego; 2.2.4.2. apoio a desempregados empreendedores; 2.2.5.1. formação/emprego; 2.3.1.1. integração socioprofissional de pessoas desfavorecidas- vida e trabalho; 2.3.2.1. integração socioprofissional de pessoas portadoras de deficiência e 2.3.3.1. empresas de inserção.

Específico do Programa, o Director Regional de Qualificação Profissional é o Gestor do Eixo I e o Presidente do Instituto de Emprego da Madeira é o Gestor do Eixo II.

De acordo com o Art.º 4º. do DLR n.º20/2007/M, as competências atribuídas à AG podem ser delegadas desde que a delegação contribua para melhorar a eficácia da gestão ou para suprir limitações quantitativas ou qualitativas em recursos.

A delegação de competências nestas entidades não envolve a competência da Autoridade de Gestão em matéria de aprovação de candidaturas de projectos ao Programa nem o necessário, embora não vinculativo, parecer da Unidade de Gestão. Em termos de aprovação, apenas o OREPP, na figura do Presidente do Conselho de Administração do IEM, tem competência de decisão sobre as candidaturas das entidades destinatárias que vão sendo seleccionadas/propostas à aprovação pela EAT da Direcção de Serviços de Emprego do IEM.

Quer a AG quer as entidades objecto de delegação de competências são assistidas por uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT), sobretudo, responsáveis pela análise das candidaturas, emissão de parecer e posterior acompanhamento, administrativo, financeiro e físico, das operações aprovadas até ao encerramento.

A AG é ainda assistida por uma Unidade de Gestão que emite parecer, não vinculativo, sobre as candidaturas propostas à sua apreciação.

Finalmente, para efeitos de homologação das candidaturas aprovadas, a AG coloca à apreciação da SRPF e da SRRH as candidaturas aprovadas relativas às tipologias do EP II e à apreciação da SRPF e da SREC as candidaturas aprovadas relativas às tipologias do EP I.

### **II.1.2. Elementos complementares da questão 2 – soluções adoptadas para operacionalizar o modelo de gestão**

Q2: As soluções adoptadas para operacionalizar a gestão e desenvolvimento do Programa revelam-se adequadas às necessidades resultantes da concretização dos objectivos e das metas estabelecidos?

## Cobertura dos indicadores de realização em relação às tipologias de intervenção do Programa do EP I

Indicadores de realização		N.º de jovens abrangidos em acções de dupla certificação	N.º de activos abrangidos em acções de formação	N.º de funcionários públicos abrangidos em acções de formação	N.º de PME abrangidas	N.º de professores e formadores abrangidos em acções de formação profissional	N.º de pessoas abrangidas
Tipologia de intervenção							
1.1. Qualificação Inicial	1.1.1. Sistema de aprendizagem	Género					
	1.1.2. Cursos profissionalizantes	Género					
	1.1.3. Cursos de educação-formação	Género					
	1.1.4. CET Cursos de especialização tecnológica	Género					
1.2. Adaptabilidade e Aprendizagem	1.2.1. Cursos de qualificação, reconversão, aperfeiçoamento, especialização para activos		Género				
	1.2.2. Formação profissional da administração pública			Género			
	1.2.3. Acções e formação-consultoria				Dimensão empresa		
	1.2.4. Formação de docentes e formadores					Género; Público-alvo	
	1.2.5. Formação de adultos						
	1.2.6. Reconhecimento, validação e certificação de competências		Género				Género
1.3. Formação avançada	1.3.1. Bolsas para professores/ investigadores						Género
	1.3.2. Programas de bolsas de pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento						Género
	1.3.3. Cursos de formação avançada						
	1.3.4. Projectos de investigação						

## Cobertura dos indicadores de resultado em relação aos objectivos específicos do EP I

Indicador de resultado		N.º de diplomados com dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II e 12º ano de escolaridade e nível III)	Taxa de participação da população activa em acções de formação profissional	N.º de adultos certificados em processos RVCC	N.º de bolseiros apoiados que concluíram a pós-graduação, mestrado, doutoramento ou pós - doutoramento
Objectivo específico					
1.1. Qualificação inicial	Combater o insucesso e à saída escolar precoce				
	Aumentar os níveis educativos e formativos				
	Aumentar e diversificar a oferta				
1.2. Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida	Melhorar as condições de adaptabilidade dos trabalhadores				
	Aumentar o nível de qualificação dos activos				
	Desenvolver a formação dirigida a empresas				
	Aumentar a eficiência/ eficácia da Administração				
1.3. Formação avançada	Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico				
	Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica Reforçar a formação avançada na Região				

## Cobertura dos indicadores de realização em relação às tipologias de intervenção do Programa do EP II

Indicador de realização		Nº de estagiários apoiados	Nº de jovens que frequentaram uma acção de informação e orientação profissional	Nº de postos de postos de trabalho apoiados	Nº participantes apoiados	Nº de clubes de emprego apoiados
Tipologia de intervenção						
2.1. Transição para a Vida activa	2.1.1. Estágios Profissionais	Género e tipo de entidade				
	2.1.2. Assistência e orientação para a inserção na vida activa		Género			
2.2. Apoio ao emprego e desenvolvimento local	2.2.1. Apoios à contratação;			Género e público-alvo		
	2.2.2. Apoios à criação do próprio emprego,			Género e público-alvo		
	2.2.3. Prémios à auto-colocação,			Género e público-alvo		
	2.2.4. Iniciativas locais de emprego;			Género e público-alvo		
	2.2.5. Formação/ Emprego;				Género e público	
	2.2.6. Clubes de Emprego;					Tipo de entidade
	2.2.7. Apoios à substituição temporária de trabalhadores e apoios à Família;				Género e público	
	2.2.8. Melhoria das estruturas e do SPE					
2.3. Mercado social de emprego e apoio aos grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho	2.3.1. Integração socio-profissional de pessoas desfavorecidas e de pessoas Portadoras de deficiência;				Género, tipo de entidade e público-alvo	
	2.3.2. Integração socio-profissional de pessoas pessoas portadoras de deficiência					
	2.3.3. Empresas de Inserção					
	2.3.4. Ocupação de Desempregados					
	2.3.5. Ocupação e formação de beneficiários do RSI					



## Cobertura dos indicadores de resultado em relação aos objectivos específicos do EP II

Indicador de resultado		% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua conclusão	% de jovens que tendo frequentado uma acção de informação e orientação profissional obtiveram emprego 12 meses após a sua participação	% de postos de trabalho criados	% de clubes de emprego mantidos após um ano	% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua participação
<b>Objectivo específico</b>						
2.1. Transição para a Vida activa	Apoiar a integração profissional de jovens					
	Desenvolver competências ao mercado de trabalho					
	Aumentar e diversificar a oferta					
2.2. Apoio ao emprego e desenvolvimento local	Promover o emprego e a empregabilidade					
	Estimular o desenvolvimento do espírito empresaria					
	Dinamizar iniciativas de criação de postos de trabalho					
	Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local					
2.3. Mercado social de emprego e apoio aos grupos desfavorecidos face	Promover a coesão e o desenvolvimento social					
	Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho					

## II.2 Questões de avaliação relativas aos instrumentos de operacionalização

### II.2.1. Elementos complementares da questão 5 – critérios de selecção

Q5: Os critérios de selecção adoptados para a apreciação e hierarquização das candidaturas têm permitido apoiar candidaturas pertinentes à luz das necessidades de cumprimento de objectivos e metas definidos?

#### **Enquadramento**

A análise das candidaturas baseia-se, por um lado, na verificação da sua regularidade formal e substancial e, por outro lado, na aplicação de critérios que permitem aferir quanto à qualidade do projecto e da entidade proponente.

Com vista a aplicar os referidos critérios, a Autoridade de Gestão elaborou uma **matriz de análise de candidaturas** que se encontra definida para cada tipologia de intervenção, permitindo a hierarquização das candidaturas através da sua pontuação.

Esta matriz de análise de candidaturas encontra-se disponível no Guia do Beneficiário do Eixo I para a generalidade das intervenções e complementa os critérios de selecção definidos em sede de regulamento específico.

Assim, no Eixo I as candidaturas que obtenham a partir da aplicação desta matriz uma classificação inferior a 45 pontos serão propostas para indeferimento, com excepção da tipologia 1.2.4.1, cujo valor de referência se cifra em 30 pontos<sup>2</sup>. Note-se que as candidaturas que obtenham uma pontuação igual ou superior aos valores referidos podem ainda ser indeferidas quando não exista disponibilidade orçamental na respectiva tipologia de intervenção para serem financiadas.

A referida matriz sistematiza e pontua do ponto de vista da proposta de projecto apresentada por cada entidade, um conjunto de itens, entre os quais os denominados critérios de selecção definidos para a tipologia de acção, mas não só. Na verdade, estes

---

<sup>2</sup> Refira-se que nesta tipologia de intervenção a DRE, Direcção Regional de Educação é entidade parceira para efeitos de análise de candidaturas.

representam no máximo 34 pontos (entre os 100 que podem no máximo ser atribuídos) para a generalidade das tipologias de intervenção do Eixo I.

São excepções a tipologia 1.2.1 – Cursos de qualificação / reconversão / aperfeiçoamento / especialização de activos e 1.2.2 – Formação profissional da administração pública, onde representam no máximo 38 pontos; a tipologia 1.2.6 – Reconhecimento, validação e certificação de competências, onde representam no máximo 46 pontos; a tipologia 1.2.7 – Apoio à produção de recursos e materiais didácticos, onde representam no máximo 30 pontos. Note-se que a tipologia 1.2.4.2 – Formação de docentes é avaliada de acordo com critérios diferentes.

No que se refere à matriz de análise dos projectos destaque-se que para todas as tipologias de intervenção, excepto a 1.2.4.2, 1.2.6, 1.2.7, 1.3.1, 1.3.2. e 1.3.4, os itens avaliados são os seguintes:

**Parte A:** Entidade -> 1. **Desempenho em actividade financiadas, anteriormente desenvolvidas:** avalia o desempenho da entidade titular do pedido / entidade formadora na concretização de candidaturas anteriores, designadamente no que diz respeito aos níveis de qualidade das intervenções, taxas de execução física e financeira, etc; 2. **Recursos humanos:** avalia as competências dos RH que dirigem e ministram a formação.

**Parte B:** Caracterização do Projecto -> 1. **Diagnóstico próprio de necessidades de formação:** avalia se este é apresentado ou não; 2. **Enquadramento nos critérios de selecção definidos para a tipologia de intervenção:** avalia se o projecto se enquadra nos critérios de selecção; 3. **Conteúdo, metodologia da formação e recursos didácticos face ao perfil dos formandos:** avalia a coerência entre os conteúdos formativos, a clareza e pertinência de objectivos a atingir, nomeadamente com recurso a meios didácticos inovadores, tendo em conta o perfil dos formandos; 4. **Grau de inovação associado:** avalia a capacidade de induzir inovação nas metodologias pedagógicas apresentadas ou em termos do resultado final da acção de formação, que a distinga das demais e que lhe aporte valor acrescentado; 5. **Parcerias:** avalia o estabelecimento de parcerias que contribuam para o enriquecimento do projecto, quer em termos de desenvolvimento quer em termos de integração e difusão dos resultados; 6. **Transnacionalidade:** avalia se o projecto contempla metodologias de cooperação transnacional entre organizações, projectos ou redes entre estados membro; 7. **Complementaridade:** avalia a complementaridade com outros Programas comunitários, nacionais ou regionais, na óptica do estabelecimento de sinergias; 8. **Acompanhamento:** avalia se o projecto contempla metodologias de acompanhamento

durante e após a formação que permitam garantir a concretização dos resultados; 9. **Avaliação**: avalia quais os níveis de avaliação da formação que o projecto contempla.

No caso da tipologia 1.2.6 – Reconhecimento, validação e certificação de competências, são válidos os critérios **Desempenho em actividade financiadas, anteriormente desenvolvidas** e **Recursos humanos** da Parte A e **Enquadramento nos critérios de selecção definidos para a tipologia de intervenção, Acompanhamento e Avaliação** da Parte B, a que acrescem: **2. Coerência do Projecto**: avalia a coerência com as orientações constantes da carta de qualidade dos CNO, definida pela ANQ; 4. **Melhoria contínua**: avalia as condições para assegurar a melhoria contínua da qualidade da sua intervenção.

No caso da tipologia de intervenção 1.2.7 – Apoio à produção de recursos e materiais didácticos, são válidos os critérios **Desempenho em actividade financiadas, anteriormente desenvolvidas** da Parte A e **Enquadramento nos critérios de selecção definidos para a tipologia de intervenção** da Parte B.

A estes acrescem os seguintes critérios:

2. **Universalidade**: avalia a dimensão da população-alvo para quem os conteúdos são úteis;
3. **Longevidade**: avalia a expectativa de tempo de vida útil dos conteúdos, sem necessidade de actualizações profundas;
4. **Acessibilidade**: avalia a proximidade e adaptabilidade física e virtual dos conteúdos aos seus destinatários e utilizadores;
5. **Utilidade**: avalia os ganhos demonstráveis proporcionados pelos conteúdos aos utilizadores e beneficiários, nomeadamente em termos de competências e autonomia;
6. **Portabilidade**: avalia a facilidade na exploração e utilização dos conteúdos, mesmo em situações de mobilidade;
7. **Transferibilidade**: avalia a facilidade e rapidez de apropriação e incorporação de conteúdos nas práticas profissionais, das equipas e organizações;
8. **Escalabilidade**: avalia a modularidade dos conteúdos;
9. **Aplicabilidade**: avalia o grau de aplicabilidade dos projectos em termos da tipologia de entidades, áreas, cursos, públicos e contextos de formação, entendida como polivalência de utilização dos recursos didácticos em situações diversificadas, com especial incidência nas formações com carácter qualificante;

10. **Índice de cobertura:** avalia se os recursos privilegiam áreas e / ou públicos prioritários em termos de formação para os quais exista carência de recursos didácticos;
11. **Consistência do projecto:** avalia a adequação da proposta de desenvolvimento/estruturação dos conteúdos aos níveis técnicos e pedagógico;
12. **Ambiente tecnológico – NTIC:** avalia o recurso a TIC que assumam relevância na facilitação do processo ensino-aprendizagem;
13. **Seleção de suporte:** avalia a adequação do suporte em função dos conteúdos a tratar e dos objectivos pedagógicos a atingir;
14. **Grau de coerência:** avalia o grau de aderência do projecto à situação de formação que visa dar apoio;
15. **Metodologia de desenvolvimento:** avalia a constituição e funções dos elementos da equipa, calendarização, identificação das etapas de desenvolvimento;
16. **Apresentação do projecto:** avalia a estruturação, organização e pertinência da informação e elementos anexos.

No caso da tipologia de intervenção 1.2.4.2 – Formação de docentes, os critérios são os seguintes:

1. **Razões justificativas:** avalia a pertinência das necessidades de formação previamente identificadas, a introdução de medidas inovadoras e a resposta a reformas / alterações de âmbito curricular e organizacional;
2. **Inclusão de objectivos / conteúdos (de cariz científico / pedagógico / didáctico) orientados para o desenvolvimento de competências** na área da língua materna, matemática, ciências, TIC, línguas estrangeiras, aprender a aprender, social e cívica, empreendedorismo, sensibilidade e expressão cultural, I&D;
3. **Nível de inclusão de objectivos / conteúdos orientados para o desenvolvimento de competências no âmbito de formação profissional de docentes** (ciências da especialidade, prática e investigação pedagógica e didáctica, ciências da educação, formação pessoal e deontológica);
4. **Nível de inclusão de objectivos / conteúdos de âmbito regional;**
5. **Coerência entre objectivos, conteúdos, metodologias e avaliação;**
6. **Adequação da formação** face ao perfil dos formandos e ao número de formandos;
7. **Metodologia de formação:** avalia a frequência das acções que prevêm a aplicação das aprendizagens em contexto de trabalho, a aplicação das aprendizagens por

simulação em contexto de formação e a aquisição e/ou aprofundamento de conhecimentos em contexto de formação;

8. **Avaliação da formação:** avalia a frequência das acções que prevêm a avaliação do impacto da formação, a avaliação das competências dos formandos, a avaliação da aprendizagem dos formandos e a avaliação da acção.

No caso das tipologias de intervenção 1.3.1 – Bolsas para Professores / Investigadores e 1.3.2 – Programas e Bolsas de Pós – Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós – Doutoramento, a apreciação das candidaturas é efectuada pela entidade beneficiária destas tipologias de intervenção, o Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira (CITMA), com base nos critérios de análise disponibilizados no seu sítio da Internet.

Assim, as candidaturas à tipologia de intervenção 1.3.1 são avaliadas da seguinte forma:

- No caso das bolsas para a frequência de cursos e das bolsas para a frequência de estágios, o conselho científico e tecnológico do CITMA avalia de acordo com 2 critérios: 1.º - Importância do curso/estágio, de acordo com a inovação e conteúdos programáticos; 2.º - Mérito do candidato, tendo em conta o facto da média final de licenciatura ter sido igual ou superior a 14 valores. O conselho de administração do CITMA completa esta avaliação apreciando o contributo para a satisfação das necessidades de qualificação e de competências da RAM.

- No caso das bolsas para participação em reuniões científicas, o conselho científico e tecnológico do CITMA avalia de acordo com 3 critérios: 1.º - Avaliação da comunicação, de acordo com o facto de ter ou não "referee"; 2.º - Impacto da conferência, se se trata de um congresso internacional ou não; 3.º Tipo de comunicação, se é oral ou em painel. O conselho de administração do CITMA completa esta avaliação apreciando o contributo para a satisfação das necessidades de qualificação e de competências da RAM.

- No caso das bolsas para visitantes, o conselho científico e tecnológico do CITMA avalia de acordo com 3 critérios: 1.º - Relevância do curriculum do visitante; 2.º - Importância da acção, a partir da inovação e conteúdos programáticos; 3.º - Abrangência da sessão pública de divulgação da acção. O conselho de administração do CITMA completa esta avaliação apreciando o contributo para a satisfação das necessidades de qualificação e de competências da RAM.

Note-se que o máximo de pontuação a obter cifra-se em 9 valores, distribuídos da seguinte forma: no máximo 6 serão obtidos a partir dos critérios analisados pelo CCT do CITMA e os restantes 3 a partir do critério analisado pelo CA do CITMA. No primeiro caso,

existe uma distribuição equitativa da pontuação a atribuir entre os critérios. De acordo com o estipulado no regulamento da tipologia de intervenção, todos os candidatos com pontuação inferior a 5 valores serão automaticamente excluídos. Todos os candidatos com pontuação superior ou igual a 5 valores serão objecto de análise pelo Conselho de Administração, que elaborará a sua decisão tendo em conta os critérios de selecção estipulados para esta tipologia de intervenção no âmbito do regulamento geral do Programa Rumos.

As candidaturas à tipologia de intervenção 1.3.2 são avaliadas de acordo com os seguintes itens:

- No caso das bolsas de doutoramento o CCT do CITMA avalia tendo em conta 2 critérios:

1.º – Inovação e exequibilidade do Programa de trabalhos; 2.º - Mérito científico da acção. O CA do CITMA analisa tendo em conta: 1.º - Contribuição para o reforço da competitividade e produtividade da RAM; 2.º - Satisfação das necessidades de qualificação e de competência da RAM. Como critérios de admissibilidade só são aceites candidatos que possuam uma média superior a 16 valores ou média inferior ou igual a 16 valores, mas que possuem grau de mestre.

- No caso das bolsas de pós-doutoramento, das bolsas de mestrado – dissertação, das bolsas de mestrado – curricular e dissertação e das bolsas de pós-graduação, o CCT do CITMA aprecia:

1.º – Inovação e exequibilidade do Programa de trabalhos; 2.º Mérito científico da acção; 3.º Mérito do candidato – média final de licenciatura igual ou superior a 14 valores.

- O CA do CITMA analisa tendo em conta:

1.º - Contribuição para o reforço da competitividade e produtividade da RAM; 2.º - Satisfação das necessidades de qualificação e de competência da RAM.

Note-se que o máximo de pontuação a obter cifra-se em 10 valores, distribuídos equitativamente entre os critérios apreciados pelo CCT e o CA do CITMA.

De acordo com o estipulado no regulamento da tipologia de intervenção, todos os candidatos com pontuação inferior a 5 valores serão automaticamente excluídos. Todos os candidatos com pontuação superior ou igual a 5 valores serão objecto de análise pelo Conselho de Administração, que elaborará a sua decisão tendo em conta os critérios de selecção estipulados para esta tipologia de intervenção no âmbito do regulamento geral do Programa Rumos.

O exercício de análise dos critérios de selecção das candidaturas é de extrema importância por se tratarem dos principais mecanismos que permitem seleccionar os projectos que deverão contribuir para o cumprimento das metas e dos objectivos do Programa Rumos. De uma maneira geral, as dimensões consideradas para avaliar a qualidade das intervenções que se candidatam debruçam-se sobre os pontos fulcrais. Por um lado, analisando o perfil da entidade, e por outro lado, o perfil do projecto. Note-se que a igualdade de oportunidade bem como a igualdade de género é um dos domínios que não foi contemplado e que a equipa de avaliação considera relevante ter em consideração na avaliação do projecto. Do ponto de vista da especificação desses domínios, em alguns casos a equipa de avaliação considera que a abordagem de análise podia ser realizada de outra forma de modo a torná-la mais pertinente. Algumas sugestões foram incorporadas nas análises parciais realizadas anteriormente.

A pouca objectividade na aplicação de alguns critérios e a ausência de referenciais é o elemento considerado com maiores margens de progresso.

Do ponto de vista da pontuação associada a cada domínios de análise a equipa de avaliação considera que:

- adequado o facto dos critérios de selecção específicos da tipologia de acção representarem cerca de 1/3 da pontuação máxima atribuível;
- a qualidade do conteúdo e a metodologia bem como dos recursos humanos são dois domínios centrais na qualidade da intervenção e como tal deveriam ter um peso relativo maior.

#### **Matriz-tipo de análise de projectos de formação**

	<b>Pontos</b>
<b>Parte A</b>	
Desempenho em actividade financiadas, anteriormente desenvolvidas	<b>8</b>
Recursos humanos	<b>5</b>
<b>Parte B</b>	
Diagnóstico próprio de necessidades de formação	<b>15</b>
Enquadramento nos critérios de selecção definidos para a tipologia de intervenção	<b>34</b>
Conteúdo, metodologia da formação e recursos didácticos face ao perfil dos formandos	<b>8</b>
Grau de inovação associado	<b>4</b>
Parcerias:	<b>4</b>
Transnacionalidade	<b>4</b>
Complementaridade	<b>2</b>
Acompanhamento	<b>8</b>
Avaliação	<b>8</b>



**Critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 1.1 –  
Qualificação Inicial**

	1.1.1	1.1.2	1.1.3	1.1.4	1.1.5 <sup>3</sup>	1.1.6
a) Corresponder a necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM						
b) Proporcionar maior garantia de empregabilidade dos formandos através dos mecanismos de inserção profissional previstos e respectivas taxas de empregabilidade						
c) Integrar o CNQ ou corresponder a referenciais de formação oficialmente aprovados						
d) Conferir o nível 3 de qualificação						
e) Fomentar o aumento das qualificações escolares e/ou profissionais dos formandos envolvidos						
f) Ser inovador na área da reabilitação e, conseqüentemente, mais facilitadores da inserção social e profissional dos públicos alvo						
g) Potenciar a acessibilidade destas pessoas ao mercado de trabalho, através de acções de informação, sensibilização, formação						
h) Orientado para actividades relacionadas com serviços de proximidade, de reconhecido interesse social e de mais fácil acesso à inserção profissional destes públicos						

Fonte: Regulamento específico do Programa Rumos

**Contributo dos critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de  
intervenção 1.1 – Qualificação Inicial para os objectivos do RUMOS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>
1. Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	1. Apoiar a integração profissional de jovens
2. Melhorar das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	2. Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho
3. Desenvolver a formação dirigida às PME	3. Promover o emprego e a empregabilidade
4. Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	4. Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	5. Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho
	6. Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local
	7. Promover a coesão e o desenvolvimento social
	8. Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho

Fonte: Documentação de Programação do RUMOS

<sup>3</sup> Esta tipologia de projecto ainda não apresenta execução.

**Critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 1.2 –  
Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida**

	1.2.1	1.2.2	1.2.3	1.2.4	1.2.5	1.2.6	1.2.7
a) Corresponder a necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM							
b) Privilegiar públicos com baixos níveis de qualificações escolares e/ou profissionais e em risco de desemprego							
c) Ser promovido por / para micro, pmes, nos termos estabelecidos na Recomendação 2003/361/CE da Comissão, de 6 de Maio de 2003							
d) Incorporar uma abordagem sectorial, profissional e/ou regional em todo o processo formativo, desde o diagnóstico de necessidades à avaliação da formação							
e) Ser dirigido a activos de empresas em reestruturação ou com projectos integrados de desenvolvimento organizacional, devendo haver uma coerência entre a formação e esses processos							
f) Projectos integrados com outros apoios, nomeadamente no âmbito dos Sistemas de Incentivos							
g) Fazer parte de formação modular certificável no âmbito de processos de RVCC							
h) Fazer parte da estratégia regional de formação profissional na Administração Pública e Administração Local							
i) Estar integrados em projectos de modernização de organismos ou serviços							
j) Incidir sobre áreas técnicas de formação relacionadas com as competências específicas dos organismos							
k) Potenciar a inovação e modernização administrativa através da actualização e aperfeiçoamento dos funcionários em relação às novas tecnologias de informação e comunicação							
l) Ser dirigido a formadores ou gestores de formação que, comprovadamente, estejam a exercer a actividade (Formadores)							
m) Corresponder a domínios de intervenção directamente relacionados com o ciclo da actividade formativa (Formadores)							
n) Contribuir para as prioridades definidas para a formação de docentes na RAM (Docentes)							
o) Relação entre custo / n.º de formandos abrangidos							
p) Conferir dupla certificação ou fazer parte de formação modular certificável no âmbito de processos RVCC							
q) Proporcionar maior garantia de empregabilidade dos formandos através de mecanismos de inserção profissional previstos e respectivas taxas de empregabilidade							
r) Envolver no mínimo, 15% de desempregados seleccionados e/ou indicados pelo IEM e que sejam realizados por, ou em parceria, com este organismo							
s) Estar articulado com processos no âmbito do RSI ou que visem públicos desfavorecidos, mediante uma estratégia integrada de inserção							
t) Ser inovador e contribuir para a melhoria da qualidade da formação							
u) Demonstrar ter efeitos de disseminação e multiplicação							
v) Introduzir novas metodologias na formação							
w) Envolver parcerias							

**Contributo dos critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 1.2 – Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida para os objectivos do RUMOS**

Eixo 1	Eixo 2
1. Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	1. Apoiar a integração profissional de jovens
2. Melhorar das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	2. Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho
3. Desenvolver a formação dirigida às PME	3. Promover o emprego e a empregabilidade
4. Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	4. Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	5. Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho
	6. Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local
	7. Promover a coesão e o desenvolvimento social
	8. Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho

Fonte: Documentação de Programação do RUMOS

**Critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 1.3 – Formação Avançada**

	1.3.1	1.3.2	1.3.3	1.3.4
a) Interesse da investigação para o desenvolvimento sustentado da RAM, nomeadamente no que respeita às qualificações e competências identificadas para o reforço da competitividade e produtividade da economia				
b) Mérito da actividade, do candidato e do Programa de trabalhos				
c) Exequibilidade da acção				
d) Condições de acolhimento propostas para o desenvolvimento do potencial científico e humano da RAM				
e) Corresponder a necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM				
f) Visar a formação de pessoal altamente qualificado e de quadros superiores				
g) Mérito científico, relevância para o desenvolvimento sustentado da Região, originalidade, metodologia e resultados esperados da actividade proposta				
h) Mérito e produtividade científica da equipa de investigação e suas qualificações para executar o projecto				
i) Capacidade das instituições participantes				
j) Exequibilidade do Programa de trabalho e razoabilidade orçamental				
k) Nível de envolvimento institucional e de co-financiamento por parte dos utilizadores, empresas e outras entidades				

**Contributo dos critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 1.3 – Formação Avançada para os objectivos do RUMOS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>
1. Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	1. Apoiar a integração profissional de jovens
2. Melhorar das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	2. Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho
3. Desenvolver a formação dirigida às PME	3. Promover o emprego e a empregabilidade
4. Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	4. Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	5. Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho
	6. Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local
	7. Promover a coesão e o desenvolvimento social
	8. Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho

Fonte: Documentação de Programação do RUMOS

**Crítérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 2.1 – Transição para a vida activa**

	<b>2.1.1</b>	<b>2.1.2 (*)</b>
a) Projectos que assegurem melhores condições de empregabilidade após o estágio		
b) Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, designadamente no que se refere ao nível de admissões de participantes no final do Programa		
c) Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho		
d) Apresentação de candidaturas em áreas de formação com maiores dificuldades de inserção na vida activa		

(\*) A selecção de candidaturas terá em consideração as Portarias e regulamentos desta medida de emprego

**Contributo dos critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 2.1 – Transição para a vida activa para os objectivos do RUMOS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>
1. Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	1. Apoiar a integração profissional de jovens
2. Melhorar das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	2. Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho
3. Desenvolver a formação dirigida às PME	3. Promover o emprego e a empregabilidade
4. Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	4. Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	5. Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho
	6. Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local
	7. Promover a coesão e o desenvolvimento social
	8. Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho

Fonte: Documentação de Programação do RUMOS

### Critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 2.2 – Apoio ao emprego e desenvolvimento local

	2.2.1	2.2.2	2.2.3 (*)	2.2.4	2.2.5	2.2.6	2.2.7	2.2.8
a) Estejam inseridos na política de emprego regional que se consubstanciem preferencialmente em investimentos geradores de novos postos de trabalho								
b) Que contribuam para a criação de postos de trabalho incentivando e apoiando a contratação de desempregados, sem prazo e a tempo inteiro								
c) Projectos que contemplem a criação de postos de trabalho de públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho								
d) Aprovação pela aplicação de critérios de valorimetria regulamentados								
e) Projectos de criação de iniciativas empresariais economicamente viáveis								
f) Contemplar a criação do próprio emprego de públicos desfavorecidos e/ou com dificuldade de inserção no mercado de trabalho								
g) Áreas de actividade prioritárias definidas na(s) Portaria(s) que regulamentam a medida								
h) Percentagem mais elevada de candidatos ao 1.º emprego de DLD, desempregados com + de 45 anos e desempregados com deficiência a admitir mediante projecto ILE								
i) Percentagem mais elevada de cooperadores, associados ou sócios no total dos indivíduos a empregar na iniciativa								
j) Localização de iniciativas em zona geográfica mais atingida pelo desemprego ou mais desfavorecida em termos de desenvolvimento económico e social e de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres								
k) Assegurem um maior nível de empregabilidade aos formandos no final da formação								
l) Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, designadamente no que se refere ao nível de admissões de participantes no final do Programa								
m) Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho								
n) Se proponham a ministrar formação em áreas profissionais mais carenciadas, enquadradas em ramos de actividade ou profissões que apliquem tecnologias inovadoras								
o) Que se insiram em áreas geográficas mais carenciadas em com maiores dificuldades de acesso aos Serviços de emprego								
p) Que se insiram em áreas geográficas mais significativas em termos de desemprego de adultos e exclusão social								
q) Que se insiram em áreas geográficas com sectores em reestruturação								
r) Que se insiram em áreas geográficas que apresentem valores elevados de desempregados abrangidos								
s) Projectos que tenham um impacto directo na melhoria da situação dos desempregados								

(\*) A selecção de candidaturas terá em consideração as Portarias e regulamentos desta medida de emprego

**Contributo dos critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 2.2 – Apoio ao emprego e desenvolvimento local para os objectivos do RUMOS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>
1. Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	1. Apoiar a integração profissional de jovens
2. Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	2. Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho
3. Desenvolver a formação dirigida às PME	3. Promover o emprego e a empregabilidade
4. Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	4. Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	5. Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho
	6. Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local
	7. Promover a coesão e o desenvolvimento social
	8. Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho

Fonte: Documentação de Programação do RUMOS

**Critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 2.3 – Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e apoio aos grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho**

	<b>2.3.1</b>	<b>2.3.2</b>	<b>2.3.3</b>	<b>2.3.4</b>	<b>2.3.5</b>
a) Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, designadamente no que se refere ao nível de admissões de participantes no final do Programa					
b) Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho					
c) Assegurem um maior nível de empregabilidade aos formandos no final da formação nos casos de acções de formação / estágio					
d) Os jovens têm de estar inscritos na DREER					
e) Avaliação formal da PPD, que tenha em consideração as suas possibilidades e limitações para o acesso ao referido Programa					
f) PPD com idade não inferior à idade mínima legalmente estabelecida para o trabalho					
g) As entidades devem demonstrar disponibilidade para adaptação e readaptação, do posto de trabalho para a PPD					
h) Projectos cuja natureza ou tipo de actividade esteja associado a: apoio domiciliário a pessoas dependentes, designadamente idosos (...)					
i) Assegurem as condições essenciais de acolhimento dos beneficiários do RSI de modo a permitir a formação prática em posto de trabalho, bem como a contratação pós formação					

**Contributo dos critérios de selecção associados às candidaturas à vertente de intervenção 2.3 – Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e apoio aos grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho para os objectivos do RUMOS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>
1. Aumentar os níveis educativos e formativos dos jovens, por via do aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para os jovens	1. Apoiar a integração profissional de jovens
2. Melhorar das condições de adaptabilidade dos trabalhadores, por via do aumento do nível de qualificação dos activos	2. Desenvolvimento de competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho
3. Desenvolver a formação dirigida às PME	3. Promover o emprego e a empregabilidade
4. Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais	4. Estimular o desenvolvimento do espírito empresarial
	5. Dinamizar o aparecimento de iniciativas geradoras de criação de postos de trabalho
	6. Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local
	7. Promover a coesão e o desenvolvimento social
	8. Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho

### **II.2.2. Elementos complementares da questão 7 – modelo de lançamento**

Q7: O modelo de lançamento do Programa (divulgação e faseamento de abertura de candidaturas) tem-se revelado adequado face às exigências de dinâmica de execução das diversas tipologias de intervenção?

O Programa Rumos, integrando alterações significativas a nível estratégico e operacional, coloca novos desafios à função de comunicação e informação, pelo que o modelo de lançamento do Programa no que à divulgação do mesmo diz respeito foi pensado de forma a quebrar com anteriores experiências essencialmente caracterizadas por linguagens díspares e criadoras de um elevado défice de proximidade entre os cidadãos e a UE. Ainda que o desenvolvimento da estratégia específica de comunicação do Programa seja da responsabilidade da AG, dá cumprimento e segue as orientações, transversais do QREN e específicas do IGFSE, em matéria de comunicação. Assim, embora adaptado à estratégia do Programa RUMOS e ao seu contexto de operacionalização, o Plano de Comunicação cumpre normas regulamentares, nacionais e comunitárias nesta matéria.

No cumprimento das normas regulamentares e em articulação com os objectivos do Programa, é assegurado que a informação sobre o QREN, o FSE e o RUMOS é clara e acessível a todos os potenciais interessados, respeitando o princípio da igualdade de oportunidades de forma a que, adaptada a todos os públicos relevantes, se criem

condições para mobilizar a sua participação e garantir a valorização e a visibilidade dos resultados e efeitos alcançados e dos recursos mobilizados.

Neste sentido, enquadrada na estratégia de comunicação mais abrangente do QREN, FEDER e FSE, a estratégia do Programa RUMOS pautou-se desde o primeiro instante por valores como:

- i. Fiabilidade e Transparência – de forma a garantir a clareza da actuação mas também da informação sobre regras e procedimentos e sobre as vantagens do Programa, não só junto dos stakeholders, mas também dos beneficiários, dos actores internos ao sistema e do público em geral. A divulgação de resultados credibiliza a mensagem que se pretende passar.
- ii. Facilidade de Aproximação – com o intuito de tornar a mensagem acessível a todos os cidadãos, potenciando a sua mobilização, conhecimento e reconhecimento do seu valor.
- iii. Modernidade e Dinamismo – de forma a potenciar uma procura de informação por parte de públicos qualificados, informados e desejosos de conhecimento, informação e igualdade de oportunidades
- iv. Perceptibilidade e Eficácia – como forma de garantir um acesso e compreensão fáceis à informação por parte de todos os cidadãos para que a pertinência e urgência de implementação do Programa seja apreendida pelo público em geral.

Tendo como premissa que os resultados globais a alcançar ao nível dos objectivos estratégicos do Programa dependem em grande medida do reconhecimento pelo público em geral e, sobretudo, pelos potenciais beneficiários, da relevância dos apoios estruturais para o desenvolvimento da Região, a estratégia de comunicação e informação constitui-se como um instrumento fundamental da governação do Programa, o que pode ser comprovado com o facto de a Assistência Técnica prever verbas para o financiamento das despesas com a função comunicação e informação do RUMOS.

Mais do que criar um Plano de Comunicação e passar informação sobre o Programa, pretendia-se criar uma marca forte que fosse reconhecida pela população madeirense e que espelhasse a relevância, notoriedade e pertinência que o investimento representa para a Região. Mais do que o apelo a candidaturas, as acções de comunicação do RUMOS pretendiam mostrar a natureza das intervenções na Região e sobretudo os resultados alcançados por via da utilização do financiamento mobilizado.

A marca RUMOS pretende acima de tudo transmitir a ideia de que o Programa *“trata directamente de pessoas, do seu crescimento como cidadãos e criadores de riqueza, pelo*



*seu trabalho e iniciativa*<sup>4</sup>, abre novos caminhos, novos destinos e acima de tudo novas oportunidades que garantam a qualidade de vida dos cidadãos e que permitam uma maior qualificação pessoal e profissional, um maior conhecimento, melhores empregos e maior produtividade da Região. A vontade de afirmar uma dimensão personalizada e a criação de uma ligação directa com o cidadão, exige a utilização de uma leitura fácil e de compreensão generalizada, que permita levar a bom porto a missão de comunicar a todos os cidadãos e stakeholders que está em curso um Programa com as características do RUMOS, *“criando assim dinâmica mobilizadora de vontades em torno de uma Região auto confiante e virada para o futuro”*<sup>5</sup>

Deste modo, e tendo em consideração todas as premissas anteriores, estavam criadas as bases para uma estratégia de comunicação efectivamente abrangente e envolvente. Ainda assim, e embora o balanço seja francamente positivo em relação a experiências anteriores, a verdade é que não foi ainda possível abranger de forma igual todos os públicos relevantes. Em algumas situações as questões estiveram relacionadas com uma má estratégia de divulgação (por exemplo, nas localizações escolhidas para as acções de rua), noutras o problema esteve ao nível das mensagens passadas (por exemplo, a linguagem demasiado tecnicista utilizada nas sessões de informação e divulgação).

Esta é uma questão que será posteriormente reforçada com a resposta à questão 7.1, mas que pode ser também corroborada pelo primeiro estudo de avaliação e monitorização do PEC, de Abril de 2009, que teve como objectivos: avaliar a notoriedade das Marcas, qualificar o impacto das acções das Marcas e qualificar a contribuição das Marcas na formação dos valores perceptivos e prospectivos dos Fundos Estruturais. Segundo este estudo, o balanço do resultado das acções implementadas em 2008 é positivo, o que evidencia a importância e eficácia deste instrumento de gestão implementado pela AG e a boa aplicação dos recursos financeiros afectos.

### **Síntese dos resultados e recomendações do estudo de avaliação e monitorização do PEC**

<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribui decisivamente para uma imagem de Transparência e Credibilidade;</li> <li>- Gerou uma comunicação que envolve mais os cidadãos para além dos públicos beneficiários e candidatos aos apoios financeiros;</li> <li>- Contrariou a menor visibilidade das acções destes Programas maioritariamente imateriais e mantendo viva a presença dos Fundos e Programas comunitários no dia-a-dia da Região;</li> </ul>

<sup>4</sup> Plano Estratégico de Comunicação – Programas Operacionais da RAM – INTERVIR+ e RUMOS 2007-2013, Instituto de Desenvolvimento Regional, 2008, p. 8

<sup>5</sup> Idem, p. 37

- Consolidou a comunicação das prioridades de um novo modelo de desenvolvimento económico e social proposto pelo QREN;
- Reforçou o ideário comunitário;
- Criou um sentimento favorável a estes Programas e a vontade para Conhecer mais;
- Algumas fragilidades na Comunicação (compreensão das mensagens e adequação dos suportes aos targets). A Comunicação actual carece de maior objectividade, clareza e linguagem próxima dos cidadãos. Apetência para saber mais através de "histórias"/casos de sucesso.

#### Recomendações

- Criar mecanismos que permitam um esclarecimento mais amplo acerca do âmbito e destinatários dos PO;
- A comunicação destinada aos cidadãos deve concretizar, numa linguagem acessível, quais os eixos por forma a que se descodifique facilmente a utilidade para o próprio e para a Região.
- Recurso a "casos reais";
- A Internet como instrumento chave para a divulgação e ampliação do conhecimento. Criar uma plataforma adequada para a opinião pública, à semelhança do existente para os beneficiários (actuais e potenciais);
- Utilização dos locais de ensino como território relevante;
- Maior destaque dos símbolos das entidades intervenientes – RAM e EU.

Fonte: Estudo de Avaliação e Monitorização do PEC dos PO da RAM, de Abril de 2009

Os mecanismos de divulgação do Programa são diferenciados (p.e., por públicos-alvo, grau de inovação das tipologias de intervenção) ou transversais a todo o Programa?

De acordo com o *Plano Estratégico de Comunicação do RUMOS*, os mecanismos de divulgação do Programa estão organizados com base em três dimensões distintas mas articuladas entre si, sendo elas a Imprensa, a Internet e um espaço físico onde deverão ter lugar eventos estruturantes, aparecendo em determinados momentos outro tipo de divulgação, como se poderá constatar mais à frente. Por outro lado, a vontade de fazer chegar a mensagem do Programa ao maior número de cidadãos, de forma a que a sociedade tenha consciência da oportunidade que o Programa RUMOS representa não só a nível individual mas também regional, obrigou à definição de três grandes categorias de públicos-alvo da comunicação do Programa: Institucional, Mediático e Geral.

No Público Institucional podem-se destacar, entre outros, o Governo Regional da Madeira, o Instituto Regional de Emprego, Associações Empresariais, Empresas, Instituições de Ensino, a Igreja e as Autoridades Eclesiásticas, a União Europeia e as suas estruturas, etc. Do lado do Público Mediático podem ser enunciados os Meios de Comunicação e Jornalistas, *Opinion Leaders*, Escolas e alunos de escolas de comunicação, celebridades das áreas da ciência, cultura, economia e desporto, entre outros. Por último, no Público em Geral distinguem-se o cidadão comum, pessoas da cultura, das artes e do espectáculo, jovens que abandonaram o Sistema Educativo, população activa empregada e desempregada, população emigrante e imigrante, etc.

Analisando a informação disponível acerca das acções de divulgação, informação e publicidade do Programa, é perceptível uma organização da mesma em torno das dimensões anteriormente mencionadas e em torno dos públicos-alvo mas sem que seja feita qualquer articulação com as tipologias de intervenção do Programa.

Assim sendo, fazendo uma observação em cada um dos anos transactos, é possível tirar algumas conclusões pertinentes, não só relativamente às acções, mas também ao impacto das mesmas. O ano de 2007 foi marcado por dois momentos diferentes relativamente à divulgação do Programa: um primeiro momento referente à criação da marca RUMOS e um segundo momento de lançamento do Programa.

No ano de 2008 a divulgação do Programa passou para uma fase diferente, continuando a investir em termos de Lançamento e Notoriedade do Programa, mas fazendo uma nova aposta ao nível do Relançamento e Consolidação, tal como estava previsto no *Plano Estratégico de Comunicação do Programa*. Assim, esta segunda fase de divulgação do Programa baseou-se em duas tipologias de acções, nomeadamente as estruturantes (fortemente informativas) e as temáticas (prevêem a interacção entre as pessoas e as instituições).

As tabelas seguintes adicionam elementos complementares a esta análise.

**Acções de divulgação, informação e publicidade em 2007**

	<b>Tipologia</b>	<b>Data/Duração</b>	<b>Características</b>
<b>Imprensa</b>	Anúncios		
	Comunicados de imprensa		
	Convite para a Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa	Dezembro	
	Spot de apresentação do Programa na RTP Madeira	1 minuto De 18 a 24 de Dezembro No horário nobre	
	Spot de apresentação do Programa na Rádio Popular e JM	30 segundos De 18 de Dezembro a 17 de Janeiro	
	Anúncio publicitário na Revista UP (Companhia Aérea TAP)	Dezembro	
<b>Internet</b>	Divulgação de informação no site do IDR		
	Publicação de Newsletter	Dezembro	1250 exemplares Distribuídos via electrónica e correio normal
<b>Espaço Físico</b>	Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa	Dezembro	Aberta a todos os intervenientes (potenciais beneficiários) e público em geral
<b>Outras</b>	Mupi's de Rua	De 18 a 26 de Dezembro	16 cartazes Nas principais ruas do Funchal (centro, entradas e saídas da cidade)
	Autocarros	De 18 Dezembro a 18 de Janeiro 2008	25 autocarros Circulação na cidade do Funchal
	Salas de cinema	1 minuto De 20 de Dezembro a 2 de Janeiro	5 salas de cinema
	Desdobráveis	s/i	s/i
	Flyers	s/i	s/i

Fonte: Relatório de Execução do Programa Rumos 2007

### Acções de divulgação, informação e publicidade em 2008

	Tipologia	Data/Duração	Características
<b>Acções Estruturantes</b>	Site Web		Actualização da informação do Programa 415 visitas ao Programa entre Setembro e Dezembro de 2008 (só a partir de Setembro foi possível proceder à contagem de visitantes por Programa)
	SIIFSE	Fevereiro 2008	Apresentação pública da Sistema de Informação e possibilidade de remissão de candidaturas através do mesmo
	Guia de Normas de Informação e Publicidade	Abril de 2008	Dirigido aos beneficiários, responsáveis pela gestão e execução das operações co-financiadas pelo FSE, com o intuito de os auxiliar nas medidas de informação e publicidade de acordo com os regulamentos comunitários
	Newsletter	Trimestral (Março, Junho, Setembro e Dezembro)	500 exemplares por edição em suporte papel Distribuição a 244 entidades regionais em suporte digital Disponível no site da Autoridade de Gestão
	Lista de Beneficiários	Desde 9 de Junho (actualização de 2 em 2 meses)	Publicada no site do Programa RUMOS
	Materiais publicitários e Merchandising		
	Anúncios Publicitários		Imprensa escrita regional - 17 anúncios em três jornais regionais, numa média de 21 mil exemplares diários e 10 mil semanários Revista da TAP – edição de Dezembro, com cerca de 65 mil exemplares Revista da SATA – edição da Primavera e de Outono, com cerca de 20 mil exemplares por edição RTP Madeira – dois anúncios por períodos de uma semana em diversos meses do ano (Março, Abril, Junho, Outubro, Novembro e Dezembro), com uma audiência média diária entre os 90 e os 120 mil espectadores Rádios Regionais e Locais Transportes Públicos (autocarro) – circulação diária durante uma semana em todas as freguesias do concelho do Funchal Mupi's de Rua – 16 Mupi's de aeroporto – 2 (Funchal e Porto Santo) Salas de cinema da Madeira e Porto Santo Site da Autoridade de Gestão
	Artigos e <i>Press Releases</i> na Comunicação Social		Imprensa escrita regional – 8 artigos em dois jornais regionais, numa média de 24 exemplares diários

	Tipologia	Data/Duração	Características
			RTP Madeira Rádios regionais e locais
<b>Acções Temáticas</b>	Mural Digital		Iniciativa em que os alunos do 3º ciclo e Secundário constroem, através da Internet, o seu Mural, onde identificam as opiniões/experiências acerca do que de melhor encontram que tenha sido realizado, participado e concretizado na Madeira através do Programa RUMOS
	Exposições Empresariais	Entre Julho e Outubro	ExpoMadeira (80 mil visitantes) Expo Porto Santo/Nautitur (40 mil visitantes) FIC – Feira da Indústria e da Construção (30 mil visitantes)
	Espaço Global		Publicação que se pretende que seja acessível ao público em geral, com informação sobre os Programas
	Madeira European Way of Life	4 e 5 de Dezembro	Congresso subordinado ao tema "O Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Ilhas
	Conferência/Colóquios	Abril, Maio, Junho, Julho e Outubro	Sessões informativas nos vários concelhos da RAM Sessões informativas na Universidade da Madeira Sessões de formação realizadas pelo Organismo Intermédio Sessões Informativas para desempregados inscritos no IRE, com documentação com referência ao co-financiamento RUMOS (cerca de 3000 pessoas)
	Street Show	De 9 a 14 de Maio	Exposição de rua com informação sobre a divulgação da marca, da missão dos objectivos e dos beneficiários do Programa
	Prestação de Esclarecimentos		Prestação de serviço de fornecimento de informação, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento para os beneficiários Apoyo prestado via electrónica, via telefone e presencial

**Fonte:** Relatório de Execução do Programa Rumos 2008

Por último, a tabela seguinte, apresenta, segundo a informação documental anteriormente referenciada, a organização dos mecanismos de divulgação do Programa tendo em consideração a sua organização por dimensão, tipologia de acções e públicos-alvo, comprovando claramente o que havia sido dito no início da resposta a esta questão de avaliação, que a preocupação que houve ao nível da segmentação dos públicos-alvo não teve correspondência ao nível das tipologias de intervenção do Programa. Por outro lado, a Tabela 3 mostra que apesar de ter sido feito um exercício de definição de públicos-alvo distintos, o mesmo exercício não foi acompanhado de uma diversificação de mecanismos de divulgação. Exemplo do que foi dito é a declaração por parte da Estrutura de Apoio Técnico de que a informação enviada por email não é segmentada.

**Tipologia de acções segundo o público-alvo**

		<b>Público Institucional</b>	<b>Público Mediático</b>	<b>Público em Geral</b>
<b>Imprensa</b>	Spot vídeo		x	x
	Spot rádio		x	x
	Anúncios de imprensa		x	x
	Espaço Global	x	x	x
<b>Internet</b>	Site Web	x	x	x
	Newsletter	x	x	x
<b>Espaço Físico</b>	Conferências	x	x	x
	Sessões informativas	x	x	x
<b>Outras</b>	Publicidade exterior, Mupis e Outdoors		x	x
	Merchandising		x	x
	Folders, flyers e desdobráveis		x	x
	Street show			x

Fonte: Plano Estratégico de Comunicação dos Planos Operacionais da Região Autónoma da Madeira

As acções de divulgação, informação e publicidade têm-se revelado eficazes do ponto de vista da dinamização da procura?

Apesar de ter havido uma grande diversidade de acções de divulgação, como se viu anteriormente, o *Relatório de Avaliação e Monitorização do Plano Estratégico de Comunicação dos Planos Operacionais da Região Autónoma da Madeira sobre as Acções de 2008* demonstra que houve alguns factores que dificultaram a chegada de informação aos públicos-alvo desejados, criando alguns problemas na dinamização da procura.

De acordo com o referido Relatório, um dos factores diz respeito à linguagem utilizada em algumas acções, nomeadamente as sessões informativas. Do mesmo modo, o site Web, os spots rádio e vídeo e a Revista Espaço Global foram identificados como tendo uma componente e linguagem demasiado tecnicistas e de difícil compreensão para o público em geral, o que desde logo condiciona os impactos esperados ao nível deste *target*.

Outro factor condicionador da circulação de informação que foi identificado no supracitado Relatório diz respeito aos meios que foram utilizados para divulgar a informação, o que pode ser ilustrado com diversos exemplos:

- A divulgação de informação na imprensa regional (televisão e rádio) não teve o impacto esperado, uma vez que são meios de comunicação com pouca audiência, nomeadamente ao nível de sectores da população mais jovens e mais urbanos;
- A publicidade disponibilizada nas salas de cinema foi igualmente identificada como tendo um potencial de impacto não tão positivo como seria esperado, uma vez que o carácter institucional dos anúncios contraria o espírito de lazer associado ao cinema, o que motiva um défice de atenção à mensagem passada;
- As sessões informativas ficaram aquém do impacto esperado e desejado por terem um formato demasiado técnico que teve como consequência o afastamento da generalidade da população das mesmas.

O terceiro factor que, de acordo com o Relatório anteriormente citado, teve implicações no potencial impacto das acções diz respeito à localização das mesmas, e um exemplo deste facto diz respeito aos *street shows*, que devido à sua localização no espaço público tiveram pouca notoriedade.

Ainda assim, e apesar do que foi anteriormente apresentado, foi possível constatar através de algumas entrevistas realizadas a actores institucionais, nomeadamente a



Gestão do PO e a DRQP, uma opinião consensual de que a comunicação do Programa Rumos é muito eficaz e não constitui um problema, não só devido ao facto de estar centralizada na Autoridade de Gestão, como também por ser um mercado pequeno, e por último, devido a alguns esforços que têm sido empreendidos de forma a contornar dificuldades pontuais. Exemplo desses esforços é o envolvimento no processo de divulgação do Programa de estruturas, como sejam os clubes de emprego, as UNIVAS, sindicatos, entre outros, que por terem uma grande proximidade ao terreno se revelam interlocutores bastante eficazes junto dos beneficiários.

Concomitantemente, as entrevistas realizadas a beneficiários mostram que na sua opinião, em determinados momentos as acções desenvolvidas não foram suficientemente esclarecedoras, havendo inclusivamente sugestões de metodologias a ser adoptadas para que haja uma maior proximidade entre os beneficiários e o desenvolvimento do Programa, como sejam os anúncios de abertura de concurso, alterações de legislação, etc. É neste sentido que vai também o discurso dos promotores ouvidos aquando da realização dos estudos de caso, que para além de darem o exemplo da sessão de esclarecimento sobre o SIIFSE, como um momento insuficientemente elucidativo, referem que a informação deveria chegar aos promotores de forma mais expedita, por exemplo através de alertas informáticos ou de uma Newsletter, e não apenas em resultado da proactividade destes na procura de esclarecimento. Por exemplo, à semelhança do que acontece com o POPH, os promotores deveriam ser avisados das novidades existentes no que concerne a aberturas de concurso, alterações na legislação, mudanças nas grelhas de apreciação de candidaturas, etc, apesar de ser reconhecido que a responsabilidade de procura de informação deve caber às entidades interessadas.

Por último, os resultados do inquérito por questionário aos promotores mostram que os meios de acesso a informação de apoio à preparação e submissão de candidaturas, de uma forma geral foram relevantes ou muito relevantes, com proporções, na maioria dos casos, acima dos 65%. Ainda assim, é possível destacar a página do RUMOS e DRQP, as sessões oficiais de divulgação, apresentação e lançamento público do Programa e o contacto com organismos públicos regionais. Do lado oposto, os meios que surgem com menor relevância são os cartazes, panfletos ou outros e os Media. De referir, que estes são dados que não variam muito quando analisados em função da Tipologia de Intervenção a que os promotores candidataram projectos. A exemplificar os dados atrás apresentados, damos conta do testemunho de uma entidade promotora sobre esta questão, aquando da realização do estudo de caso: "Para esse efeito (informação sobre abertura de concursos), a Escola recorre sobretudo ao site, mas valoriza o facto de essa

informação ser difundida por via de vários meios de comunicação, como o Jornal da Madeira”.<sup>6</sup>

No que se refere aos meios no acesso a informação de apoio à implementação dos projectos, a panorâmica geral mantém-se equivalente à descrita anteriormente, surgindo como mais relevante a página do RUMOS e DRQP e como menos importantes os cartazes, panfletos ou outros e os Media.

Por tudo o que foi dito anteriormente, e em consonância com o que tinha sido já afirmado, esta é uma pergunta com uma resposta difícil devido à disparidade de opiniões. No entanto, é possível concluir que de uma forma geral o objectivo principal de informar os promotores sobre o Programa, foi conseguido, uma vez que, ainda de acordo com os resultados do inquérito por questionário, estes têm algum conhecimento sobre a maioria das tipologias de intervenção. De qualquer forma, é de referir que as que são melhor conhecidas pelos promotores dizem respeito à Qualificação Inicial e à Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida e as menos conhecidas são no âmbito do Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local e do Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos. Neste campo é ainda de referir algo que parece ser compreensível, que é o facto de os promotores conhecerem melhor as tipologias às quais candidataram projectos.

Em que medida é que os períodos de apresentação de candidaturas pré-estipulados em regulamentação específica são os mais adequados para promover a boa dinâmica de execução do Programa?

Na opinião da maioria dos promotores que responderam ao questionário lançado no âmbito do Estudo de Avaliação, os períodos de apresentação de candidaturas são adequados (62,9%), ou até mesmo muito adequados (10,5%), como se pode constatar através dos quadros de apresentação dos resultados do inquérito. Ainda assim, quando se analisa os dados à luz da Tipologia de Intervenção a que os promotores candidataram projectos, é possível verificar que a maior proporção descontente com os períodos de apresentação de candidaturas diz respeito à tipologia de Formação Profissional da Administração Pública.

Para os promotores que consideram os períodos de apresentação de candidaturas nada (8,9%) ou pouco (17,7%) adequados, as justificações dadas são diversas, embora seja possível encontrar consenso em torno de três questões fundamentais: em primeiro lugar

---

<sup>6</sup> Estudos de Caso

o facto de o período de abertura de concurso condicionar o período de execução da formação, encurtando-o excessivamente. Ou seja, com o período de candidatura em Abril, dificilmente se consegue iniciar um curso de formação antes de Setembro, o que faz com que só seja possível realizar acções em três dos doze meses do ano, sendo nestes casos a sugestão dos promotores, a alteração dos períodos de candidatura para o final do ano anterior à realização das acções. A segunda ordem de justificações prende-se como facto de o período de candidaturas ser coincidente com o período lectivo, o que nalguns casos dificulta a selecção de formandos e noutros não coincide com a elaboração dos orçamentos escolares. Por último, e com menos expressão, são apresentadas justificações de cariz mais processual e burocrático.

No entanto, e ainda que de uma forma geral a maioria dos promotores seja da opinião de que a data de abertura do concurso não dificultou (48,3%) ou dificultou pouco (30,8%) a elaboração de candidatura (s), quando se faz o cruzamento das respostas com a tipologia de intervenção candidatada, o resultado é semelhante ao anterior, sendo os promotores de projectos de Formação Profissional da Administração Pública os que mais dizem que a data de abertura do concurso prejudicou este procedimento.

Contrariando o que foi afirmado até este momento, na opinião dos promotores a data de abertura dos concursos é um domínio como sendo de intervenção prioritária no sentido de melhorar as condições de operacionalização do Programa (34,9%), sendo novamente os promotores de acções de Formação Profissional da Administração Pública os que mais o referem (41,2%), seguidos dos promotores das Tipologias Cursos de Qualificação/Reconversão/Aperfeiçoamento, Formação Profissional da Administração Pública, Acções de Formação -Consultoria, Formação de Docentes e Formadores, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos (38,1%)

No mesmo sentido vai a opinião de algumas entidades auscultadas no âmbito do presente exercício de Avaliação, nomeadamente a DRQP, que reconhece que o momento de abertura dos concursos é uma questão que pode ainda ser melhor trabalhada, no sentido de uma melhor operacionalização do Programa.

Para os promotores auscultados no âmbito das entrevistas, embora o facto de os períodos de candidatura serem anunciados com antecedência possibilitar a organização e planeamento da oferta de iniciativas, há períodos de candidatura que não se coadunam com os objectivos da Tipologia de Intervenção, sendo um desses exemplos os CEF ou a formação inicial, o que foi corroborado com a realização dos estudos de caso, onde os promotores ouvidos voltaram a frisar este aspecto, afirmando inclusivamente que "O

calendário associado à formação inicial é desadequado, para todas as tipologias e com tendência a piorar.”<sup>7</sup>, a justificação para esta desadequação prende-se com problemas de recrutamento de formandos, divulgação do curso, desfasamento do calendário escolar e necessidade de aceleração do processo formativo para cumprir os timings estabelecidos., consoante a tipologia em questão. Ainda assim, esta crítica poderá ter também uma vertente relacionada com o tempo de aprovação das candidaturas.

---

<sup>7</sup> Estudo de Caso.

## **II.3. Questões de avaliação no domínio da dinâmica e qualidade da procura e da concretização das prioridades estratégicas**

### **II.3.1. Elementos complementares da questão 8 – perfil dos promotores**

Q8: O perfil dos promotores de pedidos de co-financiamento elegíveis revela capacidades e adequação potenciais à concretização dos objectivos dos Eixos Prioritários do Programa?

#### **Características gerais dos beneficiários do Eixo I**

##### Qualificação inicial

- todos os beneficiários, excepto um caso, estão acreditados como entidade formadora;
- predominam as escolas do ensino regular, com um peso muito significativo na tipologia com mais candidaturas (cursos CEF – 88 candidaturas) e nos curso profissionalizantes (24 candidaturas);
- simultaneamente, constata-se que este domínio de intervenção do Programa mobiliza beneficiários muito diversificados com particular ênfase para as denominadas empresas de formação, que estão presentes em todas as tipologias incluindo nos cursos CET; é nesta tipologia que aparece a única candidatura da Universidade da Madeira;
- os serviços da administração regional são responsáveis por nove candidaturas; 6 candidaturas da DRQP nas tipologias Sistema de Aprendizagem e Cursos de Educação e Formação e 3 candidaturas da DREE na tipologia Educação Especial e Reabilitação.

##### Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

- Cursos Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento e Especialização para Activos: tipologia de intervenção com número mais elevado de candidaturas (248), são identificáveis 105 beneficiários de candidatura diferentes, o que indicia um nível de dispersão muito significativo; predominam as empresas e previsivelmente as suas candidaturas foram preparadas com envolvimento de entidades formadoras, que também são responsáveis por um número significativo de candidaturas; é relevante o peso das associações patronais e sindicais como beneficiários de candidaturas;
- Formação Profissional da Administração Pública: predominam as organizações da administração

regional, sendo que é muito reduzido o número de candidaturas promovidas por órgãos da administração local; os sindicatos são responsáveis por um número significativo de candidaturas;

- Acções de Formação-consultoria: dominada pelas candidaturas das associações empresariais, mas as empresas, por um lado, e as empresas de formação, por outro, embora com representatividade reduzida também fazem parte do grupo de beneficiários;

- Formação de Docentes e Formadores: muito evidente a diversidade de entidades titulares de candidatura, quer na formação de formadores quer na formação de professores; apesar de se tratar de uma temática específica, constata-se uma elevada dispersão de beneficiários de candidaturas - retirando dois casos de entidades formadoras que em conjunto são responsáveis por 27 candidaturas, as restantes (63) foram apresentadas por 47 beneficiários distintos;

- Formação de Adultos: é relevante a presença das empresas de formação e de outras organizações (p.e. sindicatos e associações várias), contudo é interessante verificar que foram apresentadas candidaturas por empresas, presumindo-se que os destinatários são os seus próprios trabalhadores;

- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: apresentadas 12 candidaturas por três escolas distintas, uma empresa de formação, uma associação regional e pela própria DRQP;

- Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos predominam de forma significativa as empresas de consultoria e formação, incluindo empresas de fora da Região, e é residual o envolvimento dos estabelecimentos de ensino regionais.

#### Formação Avançada

- Bolsas para Professores / Investigadores e Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento: o CITMA é o único promotor de candidatura;

- Cursos de Formação Avançada: os nove beneficiários que apresentaram candidatura incluem nomeadamente, empresas de formação e consultoria, uma associação patronal de âmbito regional e a Universidade da Madeira.

### **II.3.2. Elementos complementares das questões 10,11 e 12 – orientações estratégicas**

Q10: Os projectos aprovados revelam-se adequados face às orientações estratégicas relativas ao reforço da competitividade da economia regional?

Q11: Os projectos aprovados revelam-se adequados face às orientações estratégicas relativas ao reforço da integração e empregabilidade dos formandos?

Q12: Os projectos aprovados revelam-se adequados face à prioridade a atribuir a públicos com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional?

**Conteúdos dos regulamentos relacionados com as orientações estratégicas em análise**

<i>Tipologia de operação</i>	<i>Competitividade</i>	<i>Integração e empregabilidade</i>	<i>Prioridade a baixas qualificações</i>
1.1.1 - Sistema de Aprendizagem	<p><i>Critérios de selecção</i> - "Corresponder a necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM"</p> <p><i>Componente de formação:</i> formação profissional</p>	<p><i>Critérios de selecção</i> - "proporcionar maior garantia de empregabilidade dos formandos (...)"</p> <p><i>Certificação:</i> profissional e escolar</p>	<i>Público-alvo</i> - Jovens com baixas qualificações escolares (1.º, 2.º e 3.º CEB)
1.1.2 - Cursos Profissionalizantes			<i>Público-alvo</i> - Jovens em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão de 12 anos de escolaridade, bem como aqueles que após a conclusão dos 12 anos pretendam adquirir uma qualificação profissional
1.1.3 - Cursos de Educação e Formação			<i>Critérios de selecção</i> - "proporcionar maior garantia de empregabilidade dos formandos (...)"
1.1.4 - Cursos de Especialização Tecnológica			<i>Certificação:</i> profissional
1.1.5 - Cursos de Qualificação Profissional de Jovens			<i>Critérios de selecção</i> - "proporcionar maior garantia de empregabilidade dos formandos (...)"
1.1.6 - Educação Especial e Reabilitação		<i>Critérios de selecção</i> - "fomentar o aumento das qualificações escolares e/ou profissionais"; "potenciar a acessibilidade ao mercado de trabalho, através de acções de informação, sensibilização e formação": "orientado para serviços de proximidade de reconhecido interesse social e de mais fácil acesso à inserção social destes públicos"	
1.2.1 - Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Activos	<p><i>Critérios de selecção</i> - "Dirigido a activos em empresas em reestruturação ou com projectos integrados de desenvolvimento organizacional"</p> <p>"Corresponder a necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM"</p> <p><i>Objectivos:</i> aprofundamento das competências técnicas, sociais e relacionais</p> <p><i>Público-alvo</i> - Activos empregados</p> <p><i>Componentes</i> - Formação profissional</p>	<p><i>Critérios de selecção</i> - "privilegiar públicos (...) em risco de desemprego"</p> <p><i>Certificação</i> - Profissional (2 ou 3)</p>	<p><i>Público-alvo</i> - Activos empregados com vista a adquirir completar uma qualificação profissional de nível 2 ou 3</p> <p><i>Critérios de selecção</i> - "privilegiar públicos com baixos níveis de qualificação escolar e/ou profissionais (...)"</p>



<b>Tipologia de operação</b>	<b>Competitividade</b>	<b>Integração e empregabilidade</b>	<b>Prioridade a baixas qualificações</b>
1.2.2 - Formação Profissional da Administração Pública	<i>Critérios de selecção</i> - "estar integrado em projectos de modernização de organismos e serviços" "Potenciar a inovação e modernização administrativa (...)"		
1.2.3 - Acções de Formação-Consultoria	<i>Critérios de selecção</i> - "Dirigido a activos em empresas em reestruturação ou com projectos integrados de desenvolvimento organizacional" "Actuar sobre sectores, profissões ou áreas de formação que correspondam a necessidades de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM" <i>Público-alvo</i> - Activos empregados		
1.2.4 - Formação de Docentes e Formadores			
1.2.5 - Formação de Adultos	<i>Critérios de selecção</i> - "Corresponder a necessidades de qualificações e de competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM"	<i>Critérios de selecção</i> - "Conferir dupla certificação ou fazer parte de formação modular certificável (...)"; "Proporcionar maior garantia de empregabilidade dos formandos através dos mecanismos de inserção profissional previstos e respectivas taxas de empregabilidade"; "Envolver, no mínimo, 15% de desempregados (...)"	<i>Critérios de selecção</i> - "Privilegiar públicos com baixos níveis de escolarização"
1.2.6 - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	<i>Critérios de selecção</i> - "Corresponder a necessidades de qualificações e competências da RAM" "Contribuir para o desenvolvimento de sectores que permitam o reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM"		<i>Critérios de selecção</i> - "Privilegiar públicos com baixos níveis de escolarização"
1.2.7 - Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didácticos	<i>Critérios de selecção</i> - "Contribuir para reforço da competitividade e produtividade da RAM"		
1.3.1 - Bolsas para Professores / Investigadores	<i>Critérios de selecção</i> - "Interesse da investigação para o desenvolvimento sustentado da RAM (...)" "Condições de acolhimento propostas para o desenvolvimento do potencial científico e humano"		

<i>Tipologia de operação</i>	<i>Competitividade</i>	<i>Integração e empregabilidade</i>	<i>Prioridade a baixas qualificações</i>
1.3.2 - Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento	<i>Critérios de selecção</i> - "Interesse da investigação para o desenvolvimento sustentado da RAM (...)" "Condições de acolhimento propostas para o desenvolvimento do potencial científico e humano"	<i>Público-alvo</i> - inclui desempregados	
1.3.3 - Cursos de Formação Avançada	<i>Critérios de selecção</i> - "Corresponder a necessidades de qualificações e competências no âmbito do reforço da competitividade e da produtividade da economia da RAM"	<i>Público-alvo</i> - inclui desempregados	
1.3.4 - Projectos de Investigação	<i>Critérios de selecção</i> - "Interesse da investigação para o desenvolvimento sustentado da RAM (...)" "Mérito científico, relevância para o desenvolvimento sustentado da Região (...)"		
2.1.1 - Estágios Profissionais		<i>Público-alvo</i> - Desempregados à procura do 1.º emprego inscritos no IEM; desempregados à procura de novo emprego inscritos no IEM (...) <i>Critérios de selecção</i> - "projectos que assegurem melhores condições de empregabilidade após o estágio" "Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, nomeadamente no que se refere ao nível de admissões no final do Programa" "Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho" "Apresentação de candidaturas em áreas de formação com maiores dificuldades de inserção na vida activa"	
2.1.2 - Assistência e orientação para a inserção na vida activa		<i>Público-alvo</i> - Jovens à procura de emprego	

<b>Tipologia de operação</b>	<b>Competitividade</b>	<b>Integração e empregabilidade</b>	<b>Prioridade a baixas qualificações</b>
2.2.1 - Apoios à Contratação		<p><i>Público-alvo</i> - Jovens à procura de emprego (1.º ou novo); desempregados (jovens, DLD, + 45 anos de idade, com deficiência)</p> <p><i>Crítérios de selecção</i> - "Que contribuam para a criação de postos de trabalho incentivando e apoiando à contratação de desempregados, sem prazo e a tempo inteiro"; "Projectos que contemplem a criação de postos de trabalho de públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho"</p>	
2.2.2 - Apoios à Criação do Próprio Emprego	<i>Crítérios de selecção</i> - "projectos de criação de iniciativas empresariais economicamente viáveis"	<p><i>Público-alvo</i> - Jovens e adultos desempregados inscritos no IEM</p> <p><i>Crítérios de selecção</i> - Contemplar a criação do próprio emprego de públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho"</p>	
2.2.3 - Prémios à auto-colocação		<i>Público-alvo</i> - Desempregados inscritos no IEM há mais de 6 meses	
2.2.4 - Iniciativas Locais de Emprego		<p><i>Público-alvo</i> - Desempregados (involuntariamente) ou na situação de jovem à procura do 1.º emprego, inscritos no IEM; ou pessoas que estando a trabalhar estejam em risco de desemprego.</p> <p><i>Crítérios de selecção</i> - "Percentagem mais elevada de candidatos ao 1.º emprego de DLD, desempregados com mais de 45 anos e desempregados com deficiência a admitir mediante projecto ILE"</p>	
2.2.5 - Formação/Emprego	<i>Crítérios de selecção</i> - "Se proponham a ministrar formação em áreas profissionais mais carenciadas enquadradas em ramos de actividade ou profissões que apliquem tecnologias inovadoras"	<p><i>Público-alvo</i> - Activos desempregados ou candidatos ao 1.º emprego</p> <p><i>Crítérios de selecção</i> - "Assegurem um maior nível de empregabilidade aos formandos no final da formação"; "Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, nomeadamente no que se refere ao nível de admissões no final do Programa"; "Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho"</p>	

<i>Tipologia de operação</i>	<i>Competitividade</i>	<i>Integração e empregabilidade</i>	<i>Prioridade a baixas qualificações</i>
2.2.6 - Clubes de Emprego	<i>Critérios de selecção</i> - "com sectores em reestruturação"	<i>Público-alvo</i> - Desempregados, especialmente DLD e jovens à procura do 1.º emprego <i>Critérios de selecção</i> - Que apresentem valores mais elevados de desempregados abrangidos"; "Mais significativos em termos de desemprego de adultos e exclusão social"	
2.2.7 - Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família		<i>Públicos-alvo</i> - Desempregados inscritos no IEM <i>Critérios de selecção</i> - "Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, nomeadamente no que se refere ao nível de admissões no final do Programa" "Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho"	
2.2.8 - Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego		<i>Critérios de selecção</i> - "Projectos que tenham impacto directo na melhoria da situação dos desempregados"	
2.3.1 - Integração Socio-profissional de Pessoas Desfavorecidas		<i>Público-alvo</i> - Toxicodependentes e ex-toxicodependentes e desempregados inscritos no IEM <i>Critérios de selecção</i> - "Assegurem um maior nível de empregabilidade aos participantes no final da formação nos casos de acções de formação / estágios" "Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, nomeadamente no que se refere ao nível de admissões no final do Programa" "Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho"	

<b>Tipologia de operação</b>	<b>Competitividade</b>	<b>Integração e empregabilidade</b>	<b>Prioridade a baixas qualificações</b>
2.3.2 - Integração Socio-profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência		<i>Público-alvo</i> - Jovens e PPD (...) à procura do primeiro emprego ou de uma reinserção profissional	
2.3.3 - Empresas de Inserção		<i>Público-alvo</i> - DLD inscritos no IEM; Desempregados em situação de desfavorecimento <i>Critérios de selecção</i> - "Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com dificuldades de inserção no mercado de trabalho"	
2.3.4 - Ocupação de Desempregados		<i>Critérios de selecção</i> - "Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, nomeadamente no que se refere ao nível de admissões no final do Programa" "Projectos que contemplem públicos desfavorecidos e/ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho"	
2.3.5 - Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção		<i>Critérios de selecção</i> - "Projectos de entidades que tendo participado em Programas desta natureza em anos anteriores, tenham apresentado resultados considerados satisfatórios, nomeadamente no que se refere ao nível de admissões no final do Programa"	

### **III. Anexo de apoio às recomendações**

#### **III.1. Recomendações no domínio dos instrumentos de operacionalização**

O trabalho desenvolvido evidenciou a insuficiência da componente de avaliação dos projectos de formação. A avaliação situa-se fundamentalmente ao nível da satisfação dos participantes mas é globalmente deficitária quanto às diversas dimensões de resultados esperados da formação – aprendizagens adquiridas na formação, níveis de utilização das aprendizagens após a formação, melhorias na situação profissional e impactos nas organizações. A focalização da avaliação na dimensão da satisfação ao nível de cada um dos projectos impede a aferição do impacto das operações no desenvolvimento dos indivíduos e das organizações, e simultaneamente coloca a “satisfação” dos formandos como o centro da gestão dos projectos de formação com conseqüente desvalorização da aferição das mais-valias resultantes do investimento realizado.

O formulário de candidatura do SIIFSE contempla uma opção muito valiosa de recolha de informação relativa às intenções dos beneficiários ao nível do acompanhamento e avaliação dos projectos. Os campos de informação contemplados permitem uma perspectiva geral das intenções dos beneficiários no momento da apresentação da candidatura. O exercício que se apresenta seguidamente constitui uma análise genérica destes campos que tem o objectivo de inspirar melhoramentos futuros tendo em vista a objectividade na recolha de informação relativa às operações e o reforço da componente de demonstração e orientação dos próprios formulários do SIIFSE.

<i>Campos de informação contemplados no formulário SIIFSE</i>	<i>Comentários</i>
<b>I. Acompanhamento do Projecto</b>	
<p>I.1. Descrição do método que irá ser utilizado no acompanhamento do projecto</p>	<p>O “acompanhamento” é um conceito difuso que pode apelar a diversas interpretações por parte dos beneficiários. Numa perspectiva mais abrangente confunde-se com grande parte das dimensões que podem estar contempladas na gestão dos projectos de formação (expectativas, motivações, envolvimento e resultados alcançados pelos formandos; actividades e métodos de formação; preparação, prestação e avaliação do desempenho dos formadores; condições materiais e logísticas; preparação, realização e coordenação de momentos de formação em situação real; relação com empregadores; ritmos e duração, ...).</p> <p>Porém, para outros beneficiários a interpretação do conceito de “acompanhamento” pode ser mais redutora e situar-se nas actividades mais simples de acompanhamento dos formandos e da sua satisfação face ao processo.</p> <p>É também importante considerar que as exigências de acompanhamento são muito diversas consoantes as especificidades do projecto, nomeadamente o tipo de formação (inicial/ contínua), a duração (curta/ média/ longa), os formandos (jovens/ adultos) e o tipo de relação do projecto com o meio envolvente e com potenciais empregadores.</p> <p>Por isso, considera-se que a utilidade deste campo como material de informação está dependente do tipo de grelha de suporte que é usado para a ponderação dos métodos de acompanhamento que são apresentados pelos beneficiários, nomeadamente no que concerne à sua relação com o tipo de formação desenvolvido.</p>
<b>II. Acompanhamento pós formação</b>	
<p>II.1. Vão ser implementados mecanismos de acompanhamento pós formação?</p> <p>Sim/ não</p>	<p>O acompanhamento pós formação pode orientar-se para objectivos distintos, designadamente: rever questões de organização e funcionamento da formação com a intenção de melhorar o “serviço prestado”, apoiar os ex-formandos na rentabilização do investimento formativo realizado, por exemplo ao nível da inserção no mercado de trabalho, recolher informação para novas iniciativas de formação, divulgar essas mesmas iniciativas e promover a ALV.</p> <p>Nos casos de formações que integram objectivos de promoção da inserção dos formandos no mundo do trabalho, por exemplo, a formação inicial e a formação para desempregados, o acompanhamento ganha importância significativa. Nestes casos, o acompanhamento pós formação está muito centrado no tipo de dispositivos que os beneficiários promovem, nomeadamente na orientação profissional, no apoio a estratégias activas de procura de emprego e na facilitação de contactos com potenciais empregadores.</p>
<p>II.2. Indique as acções que pretende desenvolver:</p> <p>- Inquéritos após a conclusão da formação</p>	<p>A tipologia de acções contemplada permite compreender o modo de intervenção mas não o seu foco, por isso sugere-se que uma eventual revisão deste campo esteja também orientada para a recolha de informação relativa ao objecto e conteúdos das</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação de outras acções de formação</li> <li>- Realização de seminários/Workshops, convidando os ex-formandos</li> <li>- Realização de seminários/Workshops, convidando os ex-formandos</li> <li>- Contacto telefónico</li> </ul> <p>Outros, especificar</p>	<p>acções desenvolvidas. Sugere-se a referência explícita aos dispositivos de apoio e acompanhamento da inserção profissional dos ex-formandos.</p>
<b>III. Avaliação dos resultados da formação</b>	
<p>III.1. Vão ser utilizados mecanismos estruturados de avaliação da qualidade e dos resultados da formação?</p> <p>Sim/ não</p>	<p>A opção da inclusão da componente da qualidade da formação neste grupo coloca duas questões:</p> <p>(i) pode induzir a alguma confusão entre a componente qualidade do processo e os resultados da formação propriamente ditos e (ii) remete para uma resposta que é, em princípio, necessariamente positiva, na medida em que é obrigatório que todos os beneficiários utilizem mecanismos mínimos de avaliação da qualidade, por exemplo, as fichas-tipo de avaliação da satisfação</p>
<p>III.2. Indique quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Da qualidade do processo formativo (durante a formação)</li> <li>- Das aprendizagens realizadas pelos formandos (durante a formação)</li> <li>- Da transferência das aprendizagens realizadas pelos formandos (activos) para o contexto de trabalho (após a formação)</li> <li>- Da melhoria da qualidade do emprego após a formação</li> <li>- Outros, especificar</li> </ul>	<p>Os domínios de resultado considerados abrangem um núcleo central da tipologia de resultados esperados da formação mas há outros domínios que também podem ser muito pertinentes em função da orientação específica da formação, por exemplo, a inserção dos jovens no mercado de trabalho após percursos longos de formação inicial.</p> <p>Por isso, considera-se que a maior explicitação dos domínios possíveis de resultados da formação poderá ser positiva pela sua maior orientação em relação a resultados esperados centrais de algumas tipologias e também porque a explicitação pode reforçar a sua importância para os beneficiários no âmbito das estratégias de avaliação da formação.</p>